AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 05 | MAIO 2019 | R$ 15,00



PIMAGRO

NOVO INDICADOR PARA A AGROINDÚSTRIA

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

BIODIESEL É PRECISO AUMENTAR A PRODUÇÃO

PLANO SAFRA SEGURO RURAL *VERSUS* JUROS PREFERENCIAIS

ANUFOOD BRAZIL MAIS DE 7.000 VISITANTES E 200 MARCAS EXPOSTAS DE 20 PAÍSES

Seguros Agro

Toda a proteção que seu agronegócio precisa.



morya.

Oferecemos seguros adequados às necessidades do campo para proteger a sua produção e o seu patrimônio. Sabemos que quem produz tranquilo produz muito melhor e estamos ao seu lado para você obter grandes resultados.

Contrate um seguro com a gente.
Fale com o seu gerente e saiba mais.

Sicredi

sicredi.com.br / SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala -** 0800 724 0525. **Ouvidoria -** 0800 646 2519.
Esta peça contém informações gerais e indicativas dos produtos intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi LTDA; CNPJ 04.026.752/0001-82, registro SUSEP nº 10.0412376.
Verifique à integra das condições gerais, bem como o registro dos respectivos planos junto à SUSEP diretamente no sítio das seguradoras parceiras.

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Marcelo Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

EXPECTATIVAS PARA O PLANO SAFRA 2019/2020

POR CONTA da atividade econômica mais fraca do que o esperado, as projeções para o crescimento econômico brasileiro têm sido sistematicamente revistas para baixo. De acordo com o Banco Central (BCB), as previsões eram de 2% em 2019. Porém, o desempenho no primeiro trimestre já direcionou as projeções para menos de 2%. Alguns analistas apontam para um ano perdido em termos de crescimento e sinalizam uma potencial retomada mais robusta apenas para 2020. A atenção está voltada para a aprovação da reforma da previdência, essencial para traçar uma trajetória mais favorável das contas públicas. A dimensão da economia com a implementação dessa proposta de reforma dependerá, em última instância, do grau de desidratação que ela sofrerá ao longo do seu processo de tramitação no Congresso.

É importante notar que o processo de redução do grau de endividamento das famílias, que abriria espaço para um novo endividamento e um maior consumo, ainda não se encerrou. Enquanto esse ajuste não se processar inteiramente, será mais difícil a economia voltar a exibir maior dinamismo.

Um efeito esperado da redução da atividade econômica é o aumento da ociosidade da infraestrutura disponível. No entanto, no que se refere aos terminais portuários para descarga de combustíveis, no Brasil, não foi isso que aconteceu nos últimos anos, ou seja, os terminais estiveram mais ocupados. Por outro lado, houve contração, adiamento e cancelamento de investimentos. Como resultado, a utilização da capacidade de recebimento de combustíveis importados está em vias de saturação. Uma estimativa aponta que a demanda por óleo diesel poderá ultrapassar a capacidade de oferta em 2026 considerando um cenário mediano de crescimento. Uma forma de evitar uma crise de abastecimento seria por meio de investimentos em infraestrutura portuária com foco na importação de óleo diesel. E, ao mesmo tempo, é necessário incentivar a produção de biodiesel.

Em 2018, a agroindústria brasileira respondeu por 34,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro. Apesar da importância desse setor, não havia um indicador que acompanhasse a evolução da agroindústria de forma periódica e que permitisse a comparação do seu desempenho aos resultados dos demais segmentos da indústria nacional. Visando preencher essa lacuna e fornecer à sociedade informações sobre esse elo fundamental do agronegócio brasileiro, o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vagas (FGV Agro) lançou o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro). Esse novo indicador, que será publicado mensalmente, permitirá comparar o desempenho da agroindústria brasileira e dos seus segmentos mais importantes ao do restante da indústria nacional. Para projetar o desempenho da produção agroindustrial em 2019, o Índice considera os movimentos de três variáveis principais: o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br); o Índice de Confiança da Indústria de Transformação da Fundação Getulio Vargas (ICI-FGV); e a taxa de câmbio (R$/US$).

Quando se olha para o agronegócio e os seus setores correlatos, fica evidente que o seu momento econômico é muito diferente do quadro geral do País. Prova disso foram os corredores cheios na primeira edição da ANUFOOD Brazil, Feira Internacional Exclusiva para o Setor de Alimentos e Bebidas, que trouxe para o País um modelo que é referência em eventos para a indústria de alimentos em todo o mundo. O evento, que aconteceu no último mês de março, reuniu 7.395 visitantes e duzentas marcas expositoras de vinte países. Entre os compradores presentes, haviam representantes

de grandes redes, como Grupo Casino, Carrefour, Walmart e Grupo St. Marché, e redes regionais de todos os estados brasileiros. O evento atendeu compradores buscando bons negócios tanto para o mercado interno, quanto para exportações.

Mesmo sendo o Brasil um grande país consumidor de chocolate, a indústria nacional precisa importar a principal matéria-prima do produto, o cacau. Somos o sétimo produtor mundial do fruto, atrás de Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Equador, Camarões e Nigéria. No agro brasileiro, grande plataforma fornecedora e exportadora de produtos, essa situação representa uma das poucas exceções. Nos últimos trinta anos, afligida pela vassoura-de-bruxa, a produção anual brasileira saiu de um patamar de produção de 450 mil toneladas para um de cerca de 150 mil. Essa situação começa a ser revertida depois da reunião anual da World Cocoa Foundation (WCF – Fundação Mundial do Cacau em tradução livre), realizada no Brasil, com a presença de representantes de 80% do mercado de cacau no mundo.

Em relação ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020, que se encerra em junho próximo, a negociação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Economia e o BCB é tensa. Com inflação baixa e permanência da taxa básica de juros (Selic) a 6,5% ao ano, o mercado, naturalmente, pressiona pela redução da taxa de juros livres no crédito rural. Há uma transição em curso. O Governo pressiona para fazer cortes aos subsídios para a equalização das taxas de juros inferiores à Selic.

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que reúne os secretários estaduais da Fazenda, votou pela prorrogação do Convênio ICMS nº 100/97 por mais um ano. Com essa decisão, a redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre insumos agropecuários valerá até 30 de abril de 2020. Isso traz um alívio pelo menos temporário para a indústria produtora e os produtores consumidores de insumos. Mas, já existem incessantes ataques para que esse adiamento não venha a ocorrer novamente. O risco é concreto. Tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 5.553) contra o Convênio, enquanto a situação fiscal de alguns estados é de calamidade financeira.

Na entrevista do mês, tem-se a presença de Sebastião Barbosa, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que elabora o seu sétimo Plano Diretor, com cronograma para ficar pronto no segundo semestre. O desafio consiste em estabelecer as diretrizes e os objetivos estratégicos do programa de pesquisa para a próxima década. Esse processo exige criatividade, parceria, cooperação e financiamento para se aproximar do setor produtivo. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
SEBASTIÃO BARBOSA
AGRICULTURA FAMILIAR PODE TER ACESSO À TECNOLOGIA

11 FRASES & COMENTÁRIOS

13 MACROECONOMIA
ABAIXO DO ESPERADO

15 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA PIMAGRO
UM NOVO INDICADOR PARA A AGROINDÚSTRIA

23 CANA-DE-AÇÚCAR
HORIZONTE MAIS FAVORÁVEL

24 CAPA ÓLEO DIESEL
BRASIL PODE SOFRER CRISE DE ABASTECIMENTO

27 CAPA ANUFOOD BRAZIL
PÚBLICO QUALIFICADO MARCA A 1ª EDIÇÃO DA FEIRA

31 CAPA PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2019/2020
TAXA DE JUROS LIVRE OU CONTROLADA

33 CHOCOLATE
A PÁSCOA E A SAZONALIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

35 POLÍTICA AGRÍCOLA

35 INSUMOS AGROPECUÁRIOS
O FUTURO DO CONVÊNIO ICMS Nº 100/97

37 TECNOLOGIA

37 NANOTECNOLOGIA NA AGRICULTURA
OS FRUTOS DA CIÊNCIA INVISÍVEL

39 CONTEÚDO ESPECIAL

39 CACAUICULTURA
RESGATAR A SUSTENTABILIDADE DO CACAUEIRO

44 FAESP
AGRISHOW 2019

45 ANDEF
O IMPACTO ECONÔMICO DAS PRAGAS NA LAVOURA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
SOJA

47 PRODUZIR
UM NOVO OLHAR PARA A PECUÁRIA BRASILEIRA

48 OPINIÃO
CONTROLE BIOLÓGICO: UM AMIGO NATURAL DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

49 REFLEXÃO
TOLERÂNCIA, ARTICULAÇÃO E CAUTELA

50 ESTATÍSTICA

AGRICULTURA FAMILIAR PODE TER ACESSO À TECNOLOGIA

SEBASTIÃO BARBOSA

PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

DA REDAÇÃO

COMO SE propõe a atender as demandas do setor agropecuário, a Embrapa, enquanto instituição de pesquisa, precisa estar sempre preparada para a necessidade constante de transformação. Na década de 90 do século passado, foi uma das primeiras empresas públicas a investir em planejamento estratégico, implantando os seus planos diretores, que começaram com vigência de quatro anos. Estamos, agora, na elaboração do sétimo Plano Diretor da Embrapa, que ficará pronto no segundo semestre. Vamos estabelecer as diretrizes e os objetivos estratégicos do programa de pesquisa para a próxima década. O presidente Sebastião fala como enfrentar novos desafios com criatividade, parceria, cooperação e financiamento e, evidentemente, sobre a maior aproximação com o setor produtivo.



JORGE DUARTE

AGROANALYSIS: COMO ESTABELECER PRIORIDADES DIANTE DO TAMANHO DO AGRO?

SEBASTIÃO BARBOSA: Contamos com especialistas debruçados no trabalho de prospecção em redes internas e externas chamadas de observatórios. Esse conjunto forma o nosso Sistema de Inteligência Estratégica (Agropensa), voltado para estudar as tendências nacionais e globais sobre as transformações na agricultura. No ano passado, estabelecemos sete megatendências, reunidas no documento "Visão 2030 - O futuro da agricultura brasileira". Estamos em contato e discussão com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com o agropecuário, representado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pelas associações de produtores e pelo sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Como a produção

na agricultura passa por profundas transformações, precisamos antever os cenários de risco e as oportunidades desses processos.

NO CAMPO, O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO GANHA VELOCIDADE?

SB: As novas formas de impulsionar a competitividade do agro, com o uso de inovações tecnológicas, internet das coisas e inteligência artificial, entre outras, ampliam o potencial de benefícios em prol da produtividade, da agilidade e da disseminação de conhecimento. Mas, por outro lado, devemos reconhecer os muitos produtores à margem do acesso a esse tipo de recurso. As diferenças regionais reforçam essa realidade de exclusão digital. Conectados às redes sociais, cerca de 90% dos produtores rurais já usam o celular em suas atividades diárias. Com a internet, pequenos e médios produtores melhoraram a sustentabilidade e a competitividade de seus negócios. Isso motiva a permanência dos jovens no campo. Ainda há muitos desafios a serem superados para que a disseminação de informações aconteça de forma efetiva.

> “A SINERGIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO REDUZ AS DIFERENÇAS DE MERCADO E MELHORA A ADMINISTRAÇÃO DA REALIDADE.”

PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO PODEM SER SINÉRGICAS?

SB: A maior parte do conhecimento produzido pela Embrapa e pelas instituições de pesquisa está à disposição da sociedade. Essa relação deve ser fortalecida. A assistência técnica, por exemplo, precisará estar mais estruturada por políticas públicas que atendam as diferentes realidades da agricultura. Hoje, o sistema estadual de extensão e pesquisa está em extinção. Essa situação precisa ser revertida.

A sinergia entre as instituições de pesquisa e extensão reduz as diferenças de mercado e melhora a administração da realidade. Essa cooperação requer um alinhamento de estratégias para atender o nosso principal cliente: o produtor. Teremos de ir além das parcerias tradicionais, porque o cenário reivindica vários outros perfis de parcerias. Existem possibilidades de cooperação, inclusive, com *start-ups* – novos empreendedores com interesse nas tecnologias desenvolvidas pela Embrapa –, além de fundos de investimento, parques tecnológicos e agências de fomento.

COMO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR?

SB: Por menor que seja, o agricultor precisa ter a atividade agrícola como um negócio e participar do mercado. Já passou o tempo em que os governos distribuíam sementes, adubos, ferramentas, entre outros. Os agricultores precisam organizar-se em associações e cooperativas para vencer as imperfeições do mercado: comprar os insumos de maneira mais barata e vender de maneira mais cara, como fazem os grandes produtores.

Com garantias para a conquista de mais competitividade, o agricultor familiar poderá ter acesso aos recursos do desenvolvimento tecnológico. A pesquisa agropecuária possui um estoque de conhecimento e soluções tecnológicas. Mas, somente 11,4% dos estabelecimentos rurais respondem por 87% do valor da produção agrícola nacional.

No Nordeste, na região do semiárido, concentram-se os maiores indicadores de pobreza rural.

Lá, o Brasil ainda precisa estabelecer estratégias efetivas para a agricultura de base familiar ser um mecanismo de geração de renda e emprego. Isso só acontece com políticas públicas que compreendam e considerem as realidades locais do campo. A extensão rural necessita ser reestruturada para retomar a importância e ampliar a sua efetividade.

QUAIS SÃO OS IMPACTOS DA PESQUISA AGROPECUÁRIA SOBRE A ECONOMIA, O MEIO AMBIENTE E A MESA DO BRASILEIRO?

SB: Ao longo da sua trajetória de 46 anos, a Embrapa acumula um legado de transformação na história do desenvolvimento da agropecuária nacional. Na mesa do brasileiro, o valor pago para a comida pela população é mais baixo. Houve uma redução do preço da cesta básica, e aumentou a diversidade de alimentos à disposição do consumidor. Aumentaram, também, a renda e a qualidade de vida do agricultor.

De 2016 e 2018, entre tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa, foram contabilizadas mais de 2 mil entregas à sociedade. Esse resultado que aparece todos os anos reflete-se no aumento da produção, na qualidade dos alimentos, no aumento das exportações, na oferta de fontes alternativas de energia, na conservação ambiental e na geração de conhecimento.

COMO RESGATAR A CARÊNCIA TECNOLÓGICA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO?

SB: Neste momento, o governo federal, por meio da ministra Tereza Cristina, do MAPA, mostra muita preocupação com as ações e as estratégicas voltadas para o semiárido. A Embrapa mantém na região centros de pesquisa com conhecimento e reforço. Se houvesse pesquisa e extensão estaduais, o trabalho da Embrapa seria maximizado.

A Embrapa Territorial elaborou um estudo estratégico para o desenvolvimento local e identificou oito microrregiões da caatinga prioritárias, uma em cada estado do Nordeste, totalizando 106 municípios, com alto potencial de desenvolvimento

> “MAS, SOMENTE 11,4% DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS RESPONDEM POR 87% DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL.”

agropecuário. Como a área está sendo tomada como exemplo do potencial de desenvolvimento da caatinga, foram levantadas informações nas cadeias produtivas existentes para que elas sejam desenvolvidas, como valor e produção de alimentos, assentamentos de reforma agrária, programas de irrigação (cisternas, açudes e pivôs de irrigação) e cadastros rurais, unidades da Embrapa presentes em cada região e outros temas importantes para a atuação do Ministério.

HÁ OPORTUNIDADES PARA ATUAR NO MERCADO DE SEMENTES?

SB: Até o final da década de 1990, a atuação da Embrapa foi marcada pela oferta de tecnologias, processos e produtos. O mercado era ávido por novidades. O Estado funcionava como um indutor, condutor e fornecedor de inovações. A iniciativa privada, impulsionada pela Lei de Proteção de Cultivares, encontrou um cenário fértil e seguro para investir e consolidar a transformação da agropecuária tropical. Coube à pesquisa pública nacional abrir os obstáculos do caminho, para, depois, passarem os vagões da iniciativa privada.

A estratégia funcionou nas cadeias produtivas mais organizadas e ligadas às *commodities*. Depois, a pesquisa pública redirecionou parte do investimento


JORGE DUARTE

> “ALÉM DE REVOLUCIONAR A AGROPECUÁRIA NOS TRÓPICOS, A EMBRAPA, COM OS SEUS 42 CENTROS DE PESQUISA, AJUDOU A LEVAR O PAÍS A QUEBRAR RECORDES DE PRODUÇÃO.”

para demandas de outros setores agropecuários. Continuamos com a oferta de cultivares mais produtivas e resistentes a pragas e doenças. Entendemos que o Estado precisa garantir uma parcela, mesmo que pequena, nesse negócio para funcionar, caso necessário, como regulador em momentos de crise ou de concentração do mercado em um número muito restrito de participantes privados.

PODEMOS CONSIDERAR A EMBRAPA UM DOS PILARES DA COMPETITIVIDADE DO AGRO?

SB: A agricultura, movida a ciência, precisa garantir produtividade, qualidade, competitividade, com inovação e estratégia focada na prospecção de cenários a partir de demandas. A Embrapa tem uma história de 46 anos voltada para isso. Basta ver a trajetória da transformação pela qual passou a forma de produção nacional. Além de revolucionar a agropecuária nos trópicos, a Embrapa, com os seus 42 centros de pesquisa, ajudou a levar o País a quebrar recordes de produção.

Desenvolvemos mais de sessenta programas de melhoramento voltados para espécies vegetais – muitos deles em parceria com o setor privado –, que incluem cereais, frutíferas, algodão, hortaliças e condimentos, leguminosas, forrageiras, florestais e palmeiras, raízes e tubérculos, ervas medicinais e aromáticas e corantes. Isso significa a abertura de oportunidades para os negócios de base tecnológica, com foco em articulação, validação, valoração e inserção de ativos, de forma compartilhada, no mercado. O Brasil precisa investir mais em pesquisa, desenvolvimento e inovação. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"A revogação do Convênio nº 100/97 acarretaria um aumento nos custos de produção da agropecuária de até 14%, onerando a cadeia produtiva em R$ 40 bilhões, com pressões inflacionárias na economia."

JOSÉ ROBERTO RICKEN, presidente do Sistema da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Sistema Ocepar)

"Quando foi instituído o sistema nacional de crédito rural no Brasil, em 1965, havia 422 bancos, concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Hoje, são 118 agentes financeiros, sendo nove efetivamente com operações em crédito rural."

"Estamos numa fase de transição no crédito rural, de taxas de juros controladas para taxas de mercado. O Tesouro Nacional possui limites para subsidiar essas operações. A prioridade será atender as pequenas e as médias propriedades."

"O direcionamento de crédito para as cadeias produtivas não pode sofrer cortes abruptos. O desmame deve ser suave e sem trauma, como manifestou a ministra Tereza Cristina."

ADENIRO VIAN, diretor do IBDAgro



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

"Concordamos com a afirmação de que o Brasil precisa agregar valor aos seus produtos agrícolas com a produção de farelos, ração, óleo e margarina."

"Na questão do frete rodoviário, precisamos sentar e conversar para chegar a um entendimento entre as partes, e não criar uma lei de tabelamento."

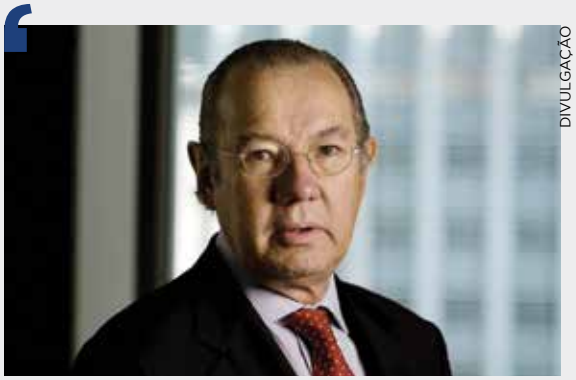
TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

"Não podemos, hoje, ficar restritos a regiões e países. Devemos fortalecer todas as parcerias comerciais."

JOÃO MARTINS, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"A prorrogação do Convênio nº 100/97 assegura a competitividade do setor agropecuário brasileiro e toda a sociedade. Os impactos do incentivo foram diretos sobre a redução do custo de produção da agropecuária nacional."

JOSÉ MÁRIO SCHREINER, deputado federal (DEM-GO) e vice-presidente da região Centro-Oeste da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)



DIVULGAÇÃO

Trigo é o único grão que é importado. A ideia é aumentar a oferta interna para reduzir a dependência do exterior dentro de uma visão de livre mercado. Os moinhos são livres para importar se quiserem.”

“Como a burocracia tomou conta de maneira generalizada, precisamos enxugar a papelada nos portos, nos transportes e nos financiamentos, com redução na carga tributária e simplificação na coleta dos tributos.”

“Precisamos adotar a Política Nacional do Trigo (PNT), com revisão de incentivos fiscais e isonomia tributária em toda a cadeia produtiva.”

RUBENS BARBOSA, diretor-presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo)

“Propomos mais alternativas nas fontes de crédito rural para ampliar a concorrência e desburocratizar a tomada de recursos para o produtor.”

“Os fundos de previdência privada e os títulos verdes são outras formas de captação de recursos para o setor agropecuário.”

BRUNO LUCCHI, superintendente técnico da CNA

“O potencial para crescimento do consumo de lácteos no Brasil é significativo, assim como na Ásia e na África. Produtos frescos são mais consumidos nos países em desenvolvimento, enquanto os processados, como manteiga e queijo, predominam nos ricos.”

“Apesar de ser autossuficiente, a qualidade do leite do Brasil não atende as exigências de qualidade internacionais para exportar. Tanto a infraestrutura como o longo tempo de transporte até o laticínio estão obsoletos.”

CAROLINE EMOND, diretora-geral da Federação Internacional do Leite (FIL)

ABAIXO DO ESPERADO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O RITMO da atividade econômica brasileira decepcionou nos primeiros meses do ano, ficando aquém do projetado e esperado para o período. Esse fenômeno pode ser observado por meio do comportamento de diversos indicadores relativos ao comportamento da atividade.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que antecipa, em alguma medida, o comportamento do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, registrou um crescimento de 1,7% no acumulado do primeiro bimestre do ano, ficando abaixo do esperado. Esse resultado ganha contornos mais negativos ante o fato de que esse indicador registrou uma variação sazonalmente ajustada negativa na margem, com queda de 0,7% em fevereiro relativamente ao mês anterior.

O desempenho da indústria brasileira aponta para a mesma direção. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira acumula, nos dois primeiros meses do ano, uma queda de 0,2% em relação ao primeiro bimestre do ano passado. Com exceção da produção de bens duráveis, os demais setores por categoria econômica (bens de capital, intermediários, semi e não duráveis) registraram uma relativa estagnação nos dois primeiros meses do ano em relação ao primeiro bimestre de 2018.

Não sem razão, a taxa de desocupação brasileira média em janeiro e fevereiro de 2019, medida pelo IBGE, ficou praticamente no mesmo patamar da verificada no mesmo período do ano passado. Caso a atividade econômica estivesse registrando uma recuperação mais robusta, a desocupação, claramente, deveria estar caindo nesse período.

Por conta da atividade econômica mais fraca do que o esperado no começo do ano, as projeções para o crescimento econômico brasileiro têm sido sistematicamente revistas para baixo. De acordo com o Banco Central, as previsões de mercado, no final do ano passado, eram de que a economia brasileira iria registrar um crescimento econômico superior a 2% em 2019 em relação ao ano passado. O desempenho da atividade econômica no primeiro trimestre já colocou a mediana dessas projeções para menos de 2% neste ano. Algumas projeções, inclusive, já sinalizam que a economia brasileira deverá crescer um pouco mais do que 1% neste ano. Muitos já apontam que 2019 é um ano perdido em termos de crescimento e sinalizam que uma potencial retomada mais robusta ocorreria apenas no ano que vem.

Vale destacar que não é a primeira vez, nos últimos anos, que a economia brasileira decepciona em termos de crescimento nos primeiros meses e que essa frustração detona um processo de revisão geral das projeções de crescimento para baixo. O que se verifica, no início de 2019, é basicamente uma repetição do que foi visto no começo do ano passado. Nesse sentido, da mesma forma que se esperava um crescimento maior neste ano, as projeções do final de 2017 também apostavam em um crescimento mais robusto da economia brasileira no ano seguinte. O que, de fato, se verificou foi um baixo

crescimento nos primeiros meses de 2018, o que frustrou essas expectativas e levou as projeções do ano passado a serem revistas para baixo. A realidade dos fatos mostrou que o crescimento econômico brasileiro de 2018 ficou pouco acima de 1%.

É bem provável que um fenômeno similar ocorra neste ano: o desempenho da atividade econômica nos primeiros meses do ano aponta para essa direção. Fica cada vez mais evidente que esse resultado independe da aprovação da reforma da previdência.

De fato, a aprovação da reforma é essencial para sinalizar uma trajetória mais favorável das contas públicas. A dimensão da economia prevista pela reforma dependerá, em última instância, do grau de desidratação que ela sofrerá ao longo do seu processo de tramitação no Congresso.

De qualquer forma, ainda que a aprovação da reforma enseje uma melhoria de expectativas no mercado financeiro e da parte de alguns investidores, ela será insuficiente para reverter o quadro de relativa estagnação da atividade econômica brasileira.

Isso se deve ao fato de que o consumo das famílias, que representa cerca de dois terços da demanda agregada brasileira, ainda não exibe sinais de recuperação consistente. Ao que parece, o processo de redução do grau de endividamento relativo das famílias, que abriria espaço para um novo endividamento e um maior consumo, ainda não se encerrou. Enquanto esse ajuste não se processar inteiramente, é pouco provável que a economia brasileira volte a exibir um maior dinamismo. Ao que tudo indica, uma recuperação mais robusta ficou mais para frente. ■



SHUTTERSTOCK

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

COMITÊ PERMANENTE DE AUTOCONTROLE

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) instalou o Comitê Permanente de Autocontrole, integrado por representantes próprios e de entidades da sociedade civil, como a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Esse sistema, que já está instituído em várias cadeias produtivas do agronegócio, como as de leite, bebidas e amendoim, deverá ganhar dimensões maiores com mais empresas assumindo a responsabilidade pela fiscalização dos processos produtivos.

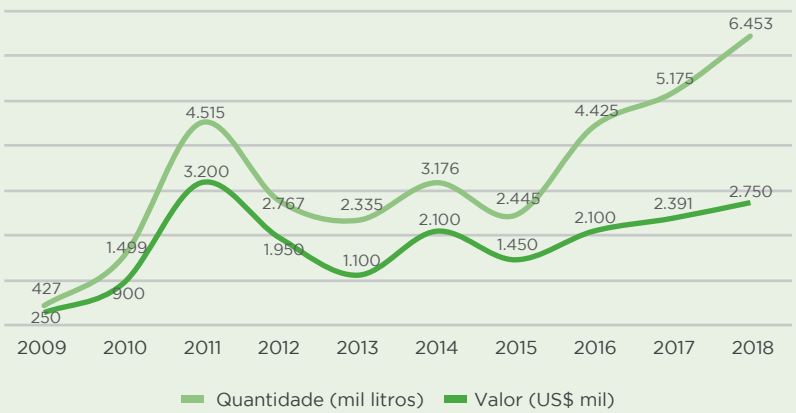
PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 100/97

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), junto às Secretarias Estaduais da Fazenda, aprovou a prorrogação do Convênio nº 100/97 para 30 de abril de 2020. Tal Convênio implica a redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre insumos agropecuários, como sementes, defensivos e fertilizantes, entre outros. O prazo do benefício venceria em 30 de abril último. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a CNA, a OCB e outras entidades do agro comemoram a decisão.

EUA COM EXPORTAÇÃO RECORDE DE ETANOL

Em 2018, as exportações de etanol registraram volume recorde nos Estados Unidos (6.453 mil litros), com receita de US$ 7,70 milhões. O saldo líquido entre exportações e importações foi de 6.373 mil litros. Os embarques foram destinados a mais de oitenta países. Os maiores importadores foram: Brasil (1.620 mil litros), Canadá (894 mil) e Índia (691 mil). Nos últimos dez anos, a taxa de importação de etanol em relação ao consumo dos norte-americanos caiu de 7,0% para 0,5%.

ESTADOS UNIDOS: EXPORTAÇÃO DE ETANOL



Fonte: RFA

ETANOL DE MILHO NO BRASIL

Nos últimos anos, as grandes exportações de etanol dos Estados Unidos são destinadas às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse quadro deve mudar. Neste ano, a produção de etanol de milho no Brasil deverá crescer para 1,4 bilhão de litros, contra 840 milhões de litros em 2018. A maior parte desse aumento virá de três novos projetos em Mato Grosso, onde a produção desse combustível decola. A conclusão do trecho da BR-163 que liga a região Centro-Oeste ao porto fluvial de Miritituba, no estado do Pará, permitirá que as barcaças levem o etanol para distribuidores de combustível no Norte do Brasil.

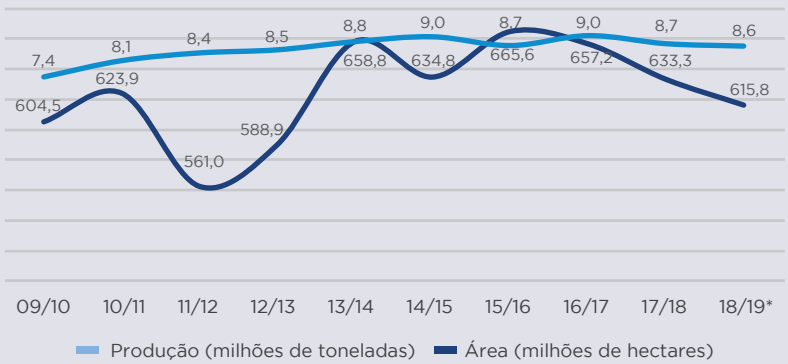
CARNE BOVINA PARA OS ESTADOS UNIDOS

Inspetores dos EUA estarão no Brasil entre 10 e 28 de junho para realizar uma auditoria no processo de verificar se as carnes bovina e suína nacionais atendem os requisitos daquele país. Já a Argentina, depois de dezoito anos de proibição e de ser reconhecida como livre da febre aftosa em 2007, ganhou, agora, uma cota de acesso de 20.000 toneladas aos EUA. A Associação dos Pecuaristas dos EUA faz *lobby* contra a reabertura do mercado e alega que o levantamento do embargo à carne brasileira coloca em risco a saúde do rebanho americano. Os EUA são o principal importador mundial de carne bovina, com valores de US$ 4,3 bilhões e 1 milhão de toneladas em 2017.

ESTAGNAÇÃO NO CRESCIMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Até agora, a cana de-de-açúcar nacional expandiu-se, neste século, com muita intensidade (78,2%), principalmente na primeira década (44,1%), em comparação à segunda (17,8%). A introdução do carro *flex-fuel* no mercado nacional, em 2003, mudou a forma de decisão do consumidor. Se, antes, era necessário escolher o combustível pelo tipo de veículo, movido somente a gasolina ou somente a álcool, a escolha mudou para o tipo de carro com duas opções de combustível. Desde então, o setor passou por um momento de grande euforia até a crise financeira mundial de 2008. Para controlar a taxa de inflação, o Governo congelou o preço do etanol, com muito dano econômico para os produtores e as usinas.

BRASIL: PRODUÇÃO E ÁREA DE CANA-DE-AÇÚCAR



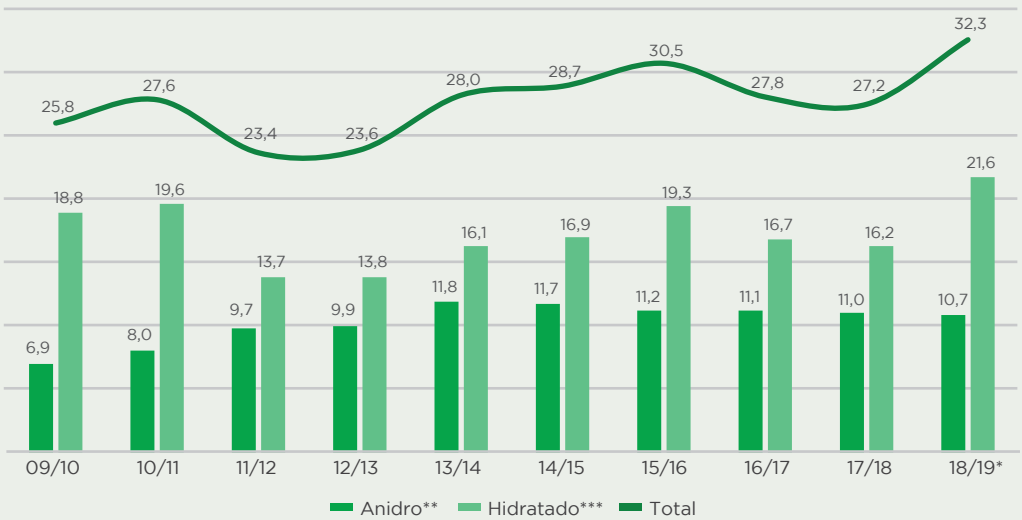
*Estimativa
Fonte: Conab

OFERTA INTERNA APERTADA DE ETANOL

À medida que o sucesso na venda do carro *flex* conquistava o consumidor, aumentava a demanda pelo etanol. Esse processo precisava ser alimentado com mais investimento, mas o setor sucroalcooleiro entrou em crise e a economia brasileira começou a cambalear a partir do final da década passada. Em 2017, pela primeira vez, o Brasil mais comprou do que vendeu etanol desde o início da série histórica divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2004.

Essa dependência resulta da maior competitividade do sucedâneo americano, mais barato do que levar a produção interna do Centro-Sul ao Nordeste. A partir de 2015, a nova política de preços da Petrobras passou a espelhar o cenário internacional, com mais previsibilidade para o negócio no mercado interno. Para zerar o déficit, será preciso aumentar as inversões para ampliar a oferta.

BRASIL: PRODUÇÃO DE ETANOL
(BILHÕES DE LITROS)



*Previsão; **Consumo misturado na gasolina; ***Consumo puro ou absoluto
Fonte: Conab

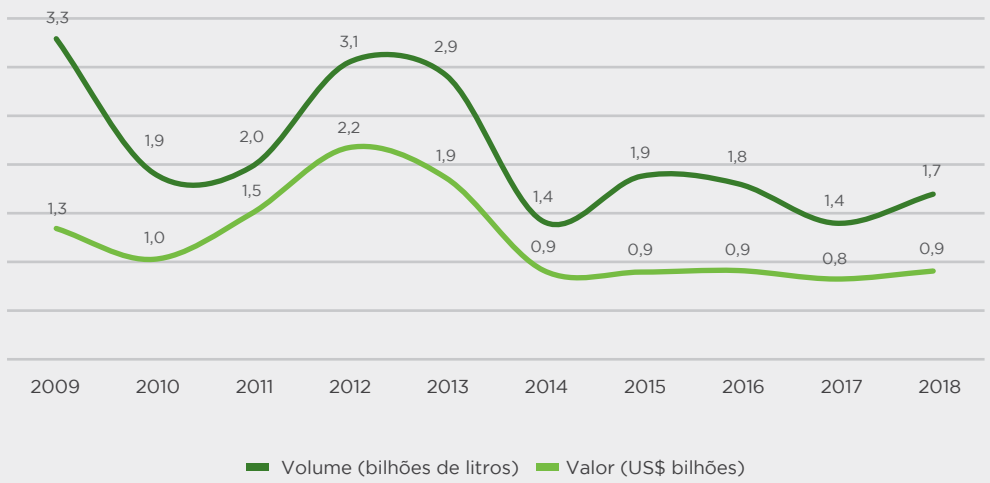
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MERCADO AGRÍCOLA (AMIS)

Iniciativa do G20 (grupo dos vinte países mais ricos), o AMIS (sigla em inglês) busca aumentar a transparência dos mercados agrícolas internacionais e promover uma maior coordenação de políticas agrícolas, especialmente em momentos de crise. Sediada na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla também em inglês), em Roma, conta com a participação de especialistas dos Ministérios da Agricultura dos países-membros. A sua Secretaria Executiva utiliza basicamente plataformas digitais. O brasileiro Guilherme Costa, assessor do Departamento de Estudos e Prospecção da Secretaria de Política Agrícola (DEP/SPA/MAPA), assume a presidência da entidade a partir deste mês.

EXPORTAÇÃO DE ETANOL PERDE FORÇA

Na segunda metade da década passada, a demanda e a venda de etanol tiveram um crescimento expressivo no mercado interno. A entrada dos veículos bicombustíveis, junto aos preços vantajosos do etanol em comparação aos da gasolina na maioria das regiões do País, explica essa ascensão. A situação inverteu-se entre 2010 e 2012, com as quebras na colheita de cana-de-açúcar por razões climáticas. Para atender o déficit na oferta, produtos tiveram de ser importados. Nesse período, foi extinta a taxa cobrada dos Estados Unidos, de US$ 0,54, por galão de etanol adquirido pelo Brasil. Além disso, para segurar a inflação, o Governo congelou o preço do etanol, e o País teve a maior recessão da história no triênio 2014-2015-2016 – um ambiente econômico muito negativo para os negócios e o setor sucroalcooleiro.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE ETANOL



Fonte: SECEX

REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO SUCROALCOOLEIRO

Há dez anos, o setor de açúcar e álcool convivia com um cenário promissor diante da expectativa do combustível renovável se tornar uma *commodity* global. Indústrias de grupos brasileiros e corporações estrangeiras fizeram grandes aportes na construção, na fusão e na aquisição de usinas. Esse processo inflacionou os investimentos e os custos dos ativos. A taxa interna de retorno dos projetos foi prejudicada com quebra de colheita, recessão econômica e volatilidade de preços.

No pico do endividamento, na safra 2014/15, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), das 375 usinas, 8% estavam sem condições para moer, 18% em recuperação industrial e 18% em encerramento. Havia um faturamento previsto de R$ 70 bilhões, e a dívida era de R$ 77 bilhões. Os resultados operacionais das temporadas posteriores não foram suficientes para remediar esse quadro dramático. Para a safra 2019/20, existe uma preocupação quanto ao baixo investimento na base produtiva do setor, junto ao envelhecimento e à baixa substituição dos canaviais.

PIMAGRO

UM NOVO INDICADOR PARA A AGROINDÚSTRIA

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

DE ACORDO com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), a agroindústria brasileira respondeu, em 2018, por 34,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro. Porém, apesar da importância desse setor, seja para o universo agro, seja para a economia como um todo, não havia um indicador que acompanhasse a evolução da agroindústria de forma periódica e que permitisse a comparação do seu desempenho com os resultados dos demais segmentos da indústria nacional. Visando preencher essa lacuna e fornecer à sociedade informações sobre esse elo fundamental do agronegócio brasileiro, o FGV Agro lançou o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro).

Para construir esse Índice, o FGV Agro utilizou os dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no seu nível mais desagregado. Com isso, esse novo indicador, além de ser publicado mensalmente e no mesmo dia em que o IBGE anunciar os novos números da PIM, dialogará com as estatísticas que tal órgão divulga sobre a produção física da indústria brasileira, ou seja, será possível comparar o desempenho da agroindústria brasileira e dos seus segmentos mais importantes ao do restante da indústria nacional.

AGROINDÚSTRIA EM 2019: DESEMPENHO CONDICIONADO AO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

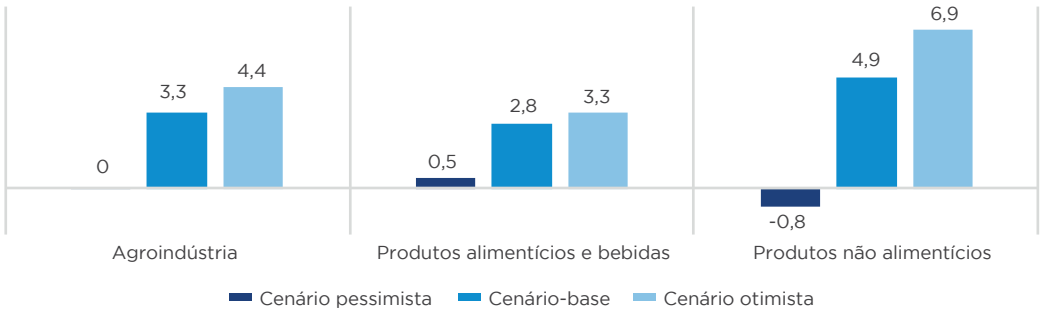
Uma vez construído um índice que permita acompanhar a evolução da agroindústria no Brasil, foi possível estimar um conjunto de modelos para projetar cenários para o setor em 2019. A partir dos modelos estimados, ficou evidente que o desempenho da agroindústria responde aos movimentos de três variáveis principais:

- Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br);
- Índice de Confiança da Indústria de Transformação da Fundação Getulio Vargas (ICI-FGV); e
- Taxa de câmbio (R$/US$).

Desta forma, para realizar as projeções para o desempenho da produção agroindustrial em 2019, foram utilizadas como pressupostos para "alimentar" os modelos estimados as projeções para o final do ano do boletim Focus para o PIB (para o qual o IBC-Br é uma *proxy*) e para a taxa de câmbio – essa opção foi feita porque os números do boletim Focus são amplamente utilizados como referência pelo mercado. Por fim, os pressupostos para a variação do ICI-FGV no ano foram determinados pelos próprios pesquisadores do FGV Agro, uma vez que não foram encontradas estimativas do mercado para essa variável. As projeções para a agroindústria refletem a conjuntura de três cenários distintos:

- Cenário-base: apesar das turbulências do lado político, o governo conseguiria aprovar as reformas necessárias, mesmo que estas sofram alguma desidratação;

PROJEÇÕES PARA A AGROINDÚSTRIA E OS SEUS PRINCIPAIS SEGMENTOS EM 2019



Fonte: FGV Agro

- Cenário otimista: o governo conseguiria aprovar a agenda de reformas com relativa facilidade, o que impulsionaria a economia de forma mais substancial e conferiria à equipe do presidente Jair Bolsonaro um capital político mais duradouro; e

- Cenário pessimista: dadas as dificuldades de formar maiorias e articular a sua base de apoio junto ao Congresso, o governo perderia capital político de forma mais acelerada e aprovaria um conjunto muito limitado de reformas e em versões bastante desidratadas.

A partir do modelo estimado e considerando as premissas adotadas, projeta-se que, no cenário-base, a produção da agroindústria deverá apresentar um crescimento de 3,3% no ano de 2019 em comparação ao ano anterior. No cenário pessimista, contudo, a agroindústria poderá ficar estagnada neste ano (0%). Já no cenário otimista, a projeção é de forte crescimento (4,4%).

PARTICIPAÇÃO DE CADA SETOR NA COMPOSIÇÃO DO PIMAGRO

	Peso no PIMAgro
Agroindústria	**100,0%**
Produtos alimentícios e bebidas	**51,6%**
Produtos alimentícios	41,3%
Origem animal	21,6%
Origem vegetal	19,7%
Bebidas	10,3%
Alcoólicas	5,2%
Não alcoólicas	5,1%
Produtos não alimentícios	**48,4%**
Biocombustíveis	3,1%
Borracha	3,4%
Fumo	3,8%
Insumos agropecuários	7,9%
Produtos florestais	12,7%
Produtos têxteis	17,4%

Fonte: FGV Agro, com base em dados do IBGE

AFINAL, O QUE COMPÕE A AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA?

Apesar da importância do agronegócio para a economia brasileira (21,1% do PIB em 2018), é curioso que, no senso comum, ainda há uma visão de que a agroindústria se restringe à produção de alimentos e bebidas. Porém, o conceito de agronegócio deixa evidente que as atividades desse setor vão além da produção de bens alimentícios. Diante disso, o PIMAgro foi constituído de forma alinhada ao conceito de agronegócio integrando dois segmentos principais: de um lado, os produtos alimentícios e bebidas; e, de outro, os produtos não alimentícios.

Desta forma, dado que os números da agroindústria agora estão disponíveis, é possível realizar diversas análises, como explicar o seu desempenho passado, correlacioná-lo aos movimentos de outras variáveis e projetar cenários futuros. Nos próximos parágrafos, será apresentado um exemplo de cada uma dessas análises.

A GREVE DOS CAMINHONEIROS E A PERDA DE FÔLEGO DA AGROINDÚSTRIA EM 2018

Ao longo de 2017, a economia brasileira deu sinais consistentes de que poderia retomar uma trajetória de crescimento mais robusta e sustentável.

Essa dinâmica até se estendeu para o primeiro trimestre de 2018, porém dois grandes eventos mudaram essa rota:

- De um lado, com a proximidade do fim do mandato do presidente Michel Temer, o capital político do governo foi desgastando-se e minando a expectativa dos agentes de que seria possível aprovar, ainda em 2018, alguma das reformas econômicas mais importantes; e

- Do outro lado, a greve dos caminhoneiros, que ocorreu entre o final de maio e o início de junho e cujos efeitos condicionaram o desempenho de praticamente todos os setores econômicos em 2018, com especial destaque para a agroindústria.

Assim como a economia brasileira, a indústria e a agroindústria vinham, durante 2017, recuperando o fôlego do seu crescimento, porém mudaram essa trajetória ao longo de 2018, notadamente após a greve dos caminhoneiros. Entretanto, cada segmento respondeu a essa conjuntura com intensidade distinta: enquanto a indústria geral desacelerou, mas terminou o ano com crescimento de 1,1%, a agroindústria perdeu ainda mais força e terminou o ano em campo negativo, com uma contração de 1,0% em relação a 2017.

O fato é que a greve dos caminhoneiros prejudicou fortemente a agroindústria. Ao desagregar o desempenho do setor em dois períodos distintos, verifica-se que o crescimento acumulado da produção agroindustrial no período entre janeiro e abril de 2018 (isto é, até o mês imediatamente anterior ao início da greve) era de 4,3%. No entanto, no período entre maio e dezembro, a produção agroindustrial acumulou uma queda de 3,1% na comparação ao mesmo período do ano anterior. Ou seja, claramente, a paralisação dos caminhoneiros afetou significativamente o setor.

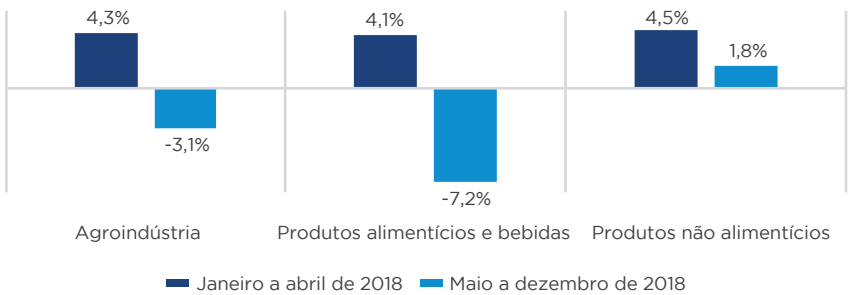
Essa queda de desempenho no pós-greve também ocorreu nos dois principais segmentos da agroindústria, porém com mais intensidade entre os produtos alimentícios e bebidas do que entre os produtos não alimentícios. Anteriormente à greve, o segmento de produtos alimentícios e bebidas acumulou um crescimento de 4,1%, todavia, no período pós-greve, a produção desse grupo caiu 7,2%. No caso do segmento de produtos não alimentícios, apesar da notável desaceleração causada pela paralisação, o crescimento acumulado no período pós-greve não chegou a ser negativo (1,8%).

A IMPORTÂNCIA DE SE TER UM TERMÔMETRO PARA O DESEMPENHO DA AGROINDÚSTRIA

As análises apresentadas nos parágrafos anteriores deixam explícita a importância de se ter um termômetro que acompanhe regularmente o desempenho da agroindústria e que permita avaliar a sua evolução em comparação aos movimentos de outros setores e de outras variáveis econômicas. Com o objetivo de preencher essa lacuna, o FGV Agro passa a disponibilizar, em seu site (https://gvagro.fgv.br), o PIMAgro. Esse indicador será atualizado mensalmente, seguindo o mesmo calendário da PIM do IBGE, e todos os dados serão públicos, podendo ser acessados gratuitamente. Além disso, na mesma página, também estarão disponíveis análises e comentários sobre a conjuntura para o setor. ■

AGROINDÚSTRIA, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS E PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS

CRESCIMENTO ACUMULADO EM 2018 ANTES E APÓS A GREVE DOS CAMINHONEIROS (%)



Fonte: FGV Agro, com base em dados do IBGE



ENXERGAR LONGE, ESTAR PRÓXIMO

Até 2050 seremos cerca de 10 bilhões de pessoas no planeta. A necessidade de produzir alimentos e gerar energia vai crescer em um ritmo cada vez mais acelerado.

O propósito da Tereos é proporcionar uma resposta sustentável a essas necessidades, aproveitando ao máximo o valor das matérias-primas agrícolas. Foi com o forte compromisso com a qualidade e os parceiros nos países onde atua que o grupo alcançou a posição de segundo maior produtor de açúcar global e um líder no segmento de amidos.

Tereos

CANA-DE-AÇÚCAR

HORIZONTE MAIS FAVORÁVEL

JACYR COSTA FILHO
Diretor da Divisão Brasil do Grupo Tereos



APÓS UM ano de resultados fracos devido à seca na principal região produtora do Brasil e ao enorme excedente no balanço mundial de açúcar, com preços abaixo do custo de produção na maioria dos países produtores, a indústria de cana-de-açúcar inicia a safra no Centro-Sul do País em meio a um cenário mais promissor. A expectativa é de uma oferta de cana mais abundante do que a da safra 2018/19, pois as chuvas de fevereiro, março e início de abril foram favoráveis para a planta.

Para o açúcar, espera-se uma valorização dos preços. O mercado indiano entra em ciclo de baixa por problemas de clima seco e atraso no pagamento dos produtores, hoje em torno de US$ 4,3 bilhões. A sua produção de açúcar deve ser a menor em três anos. Na Europa, há uma diminuição na área de plantio da beterraba, com o valor da *commodity* no menor nível já visto desde a última década, em um ambiente de eliminação das cotas de produção e liberalização das exportações de açúcar a partir da safra passada.

Por outro lado, a demanda mundial por açúcar cresce entre 1,5% e 2,0% em média, sobretudo em países asiáticos. O crescimento da China é um bom indicativo dessa realidade. Desde a década de 2000, cerca de 250 milhões de pessoas transferiram-se do campo para a cidade, intensificando, assim, o consumo de alimentos e produtos industrializados.

Vale ressaltar o trabalho realizado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), na Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre os subsídios concedidos aos produtores indianos e tailandeses e as discussões com o governo chinês para o término das salvaguardas com tributações sobre as importações de açúcar.

No etanol, as projeções são de que o consumo seguirá elevado devido à alta nos preços do petróleo. Isso estimulará a produção e direcionará mais cana para esse combustível. O setor sucroenergético nacional conta com recursos e tecnologia de ponta para mudar rapidamente o *mix* de produção, privilegiando o etanol e estancando a baixa nos preços do açúcar. Segundo dados da UNICA, o biocombustível atingiu recorde com a produção de 30,95 bilhões de litros na safra 2018/19, um crescimento de 18,63% em relação à temporada passada e de 9,67% em relação ao recorde anterior, de 28,22 bilhões de litros na safra 2015/16.

Em médio prazo, outro ponto favorável ao etanol é o programa RenovaBio, previsto para 2020, essencial para o Brasil cumprir as metas de descarbonização previstas no compromisso assumido no Acordo do Clima. Um dos objetivos é o aumento do uso de energia renovável para os meios de transporte, tornando ainda mais limpa a matriz energética brasileira. A produção de etanol, nesse contexto, pode atingir 48 bilhões de litros até 2030, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME).

É cedo para determinar o *mix* para a temporada que se inicia agora, dada a volatilidade do setor, em virtude dos mais variados fatores. Ainda assim, podemos prever uma safra com melhor remuneração dos nossos produtos e um novo ciclo para essa importante indústria para o Brasil.

Por fim, desejo uma excelente safra a todos! E, é claro, que venha o RenovaBio, um marco na história da sustentabilidade e do desenvolvimento do nosso País! ■

ÓLEO DIESEL

BRASIL PODE SOFRER CRISE DE ABASTECIMENTO

EWERTON CHAVES JOHN
Diretor do Grupo Orion Marítima e da Callidus Tecnologia – ewertonjohn@gmail.com

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

O BRASIL adentrou o século XXI favorecido por uma conjuntura de forte crescimento mundial, o que fez com que as *commodities* tenham se valorizado, beneficiando o País. No entanto, a partir de 2013, esse cenário modificou-se, dando início ao período de baixa do superciclo de *commodities*.

Um efeito esperado da redução da atividade econômica é que ele provoque ociosidade dos recursos. Entretanto, no que se refere aos terminais portuários para descarga de combustíveis, no Brasil, isso não aconteceu; pelo contrário, os terminais estiveram mais ocupados do que no período anterior à recessão.

No entanto, algumas consequências previsíveis do arrefecimento da atividade econômica são a contração, o adiamento e o cancelamento de investimentos.

Como resultado, a utilização da capacidade de recebimento de combustíveis importados está em vias de saturação. E, ao mesmo tempo, os investimentos em produção nacional não apontam para um aumento na capacidade de oferta.

Diante desse cenário, foi realizada uma análise sobre a oferta e a demanda de óleo diesel no País. Os resultados apontam que a demanda por óleo diesel poderá ultrapassar a capacidade de oferta em 2026 considerando um cenário mediano de crescimento. Uma forma de evitar uma crise de abastecimento seria por meio da criação de incentivos para investimentos em infraestrutura portuária com foco na importação de óleo diesel. Ao mesmo tempo, é necessário incentivar a produção de biodiesel.

ESTIMATIVA DA DEMANDA DE ÓLEO DIESEL

Para estimar a demanda por óleo diesel, é necessário projetar quanto o Produto Interno Bruto (PIB) irá crescer nos próximos anos. Foram consideradas as projeções de crescimento da economia brasileira divulgadas pelo boletim Focus do Banco Central para o período 2019-2022.

Para considerar um horizonte temporal mais longo, até 2028, assume-se, a partir de 2023, uma taxa de crescimento anual do PIB de 2,50%, que foi a taxa projetada pela pesquisa para ano de 2022.

A partir dessas estimações de crescimento da demanda por óleo diesel, projetou-se o volume total do produto que precisa ser ofertado nos próximos dez anos, seguindo-se os seguintes pressupostos:

- Volume de demanda por óleo diesel, em 2018, de 46,9 milhões de toneladas, conforme o divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

- Foram aplicadas as taxas estimadas de crescimento anual da demanda por óleo diesel de 2019 em diante sobre o valor de 2018.

ESTIMATIVA DA OFERTA DE ÓLEO DIESEL

Estima-se que o parque nacional consegue entregar cerca de 45,5 milhões de toneladas de óleo diesel por ano, soma da produção que foi atingida em 2014 (42,0 milhões de toneladas) com a produção máxima da refinaria Abreu e Lima em 2016 (3,5 milhões de toneladas). Em 2014, o uso da capacidade instalada de refino atingiu o seu maior valor (94,9%), e o parque nacional chegou a entregar quase 42 milhões de toneladas de óleo diesel. No entanto, no ano de 2014, a refinaria Abreu e Lima estava recém-inaugurada e participou com pouco mais de 34 mil toneladas nessa oferta.

Em relação às importações, a análise dos dados portuários da amostra selecionada revelou que o sistema encontrou o nível de esgotamento na marca das 11 milhões de toneladas importadas em 2017, levando em conta a quantidade de horas de espera e a produtividade decrescente. Como não é sustentável manter por vários períodos o nível de indicadores portuários observado em 2017 nas descargas de óleo diesel, foi considerado que o porto conseguirá internalizar um volume de 10 milhões de toneladas de óleo diesel, todos os anos, num ambiente de crescimento econômico.

PROJEÇÃO DA DEMANDA POR ÓLEO DIESEL
(MILHÕES DE TONELADAS)

ANO	Mínimo	Mediana	Máximo
2019	47,7	48,0	48,2
2020	48,4	49,0	49,7
2021	49,2	50,2	51,2
2022	49,9	51,3	52,7
2023	50,7	52,5	54,3
2024	51,5	53,6	55,9
2025	52,3	54,9	57,5
2026	53,1	56,1	59,2
2027	54,0	57,4	61,0
2028	54,8	58,7	62,8

Fonte: elaboração do autor

Diante dos cenários apresentados, a demanda por óleo diesel deveria ultrapassar a capacidade de oferta no ano de 2026 considerando o cenário de crescimento da mediana da pesquisa Focus. No cenário de crescimento econômico mais acelerado, a demanda já ultrapassaria a oferta em 2024. Com o crescimento econômico mantendo-se no extremo inferior do intervalo de confiança, a demanda não ultrapassaria a oferta no horizonte projetado. Portanto, conclui-se que pode ocorrer uma crise de abastecimento de óleo diesel no Brasil dentro dos próximos cinco anos.

Desta forma, a fim de afastar o risco de um "apagão" no setor de transportes por conta de uma crise de desabastecimento de óleo diesel, recomenda-se, no curto prazo, que sejam criados

DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A DEMANDA ESTIMADAS
(MILHÕES DE TONELADAS)

ANO	Oferta total	Diferença entre oferta e demanda mínima	Diferença entre oferta e demanda mediana	Diferença entre oferta e demanda máxima
2019	55,5	7,8	7,5	7,3
2020	55,5	7,1	6,5	5,8
2021	55,5	6,3	5,3	4,3
2022	55,5	5,6	4,2	2,8
2023	55,5	4,8	3,0	1,2
2024	55,5	4,0	1,9	-0,4
2025	55,5	3,2	0,6	-2,0
2026	55,5	2,4	-0,6	-3,7
2027	55,5	1,5	-1,9	-5,5
2028	55,5	0,7	-3,2	-7,3

Fonte: elaboração do autor

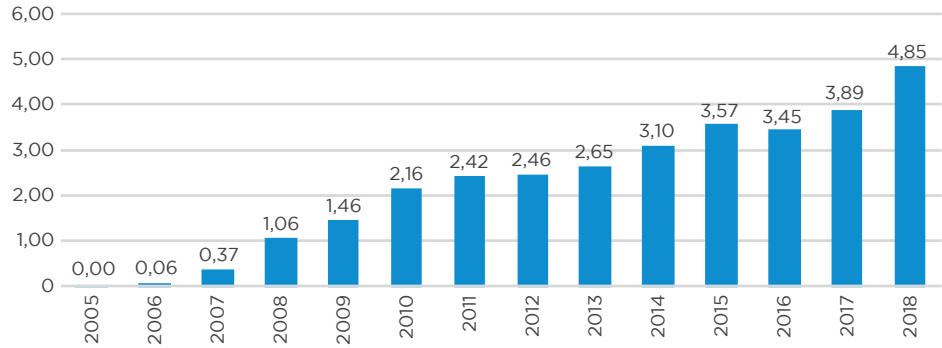
incentivos para investimentos em infraestrutura portuária para recepção, armazenamento e expedição do óleo diesel importado.

A fim de atenuar o problema no médio prazo, tornam-se necessários maiores incentivos para o processamento de quantidades maiores de biodiesel. Apesar de estar aumentando a produção de biodiesel no País, ela é ainda muito baixa comparativamente à de óleo diesel. Em 2018, foram produzidos apenas 4,85 milhões de toneladas de biodiesel, de acordo com a ANP, representando apenas 10% da demanda por óleo diesel no mesmo ano.

Ou seja, claramente, há uma oportunidade de aumentar a participação do biodiesel na matriz de transportes brasileira, o que, por sua vez, aumentaria a segurança energética do País, diminuindo a dependência externa. Ademais, isso representaria uma diminuição nas emissões de carbono, cooperando para a conservação do meio ambiente.

Por fim, recomenda-se, ainda, que sejam apoiados projetos para a expansão da capacidade de refino de petróleo no País, com os objetivos de garantir a oferta interna de derivados e agregar mais valor às exportações. ■

PRODUÇÃO DE BIODIESEL
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANP



SHUTTERSTOCK

ANUFOOD BRAZIL

PÚBLICO QUALIFICADO MARCA A 1ª EDIÇÃO DA FEIRA

MATERIAL PRODUZIDO PELO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DA KOELNMESSE

CORREDORES CHEIOS e um grande volume de visitantes de todo o Brasil: assim foi a primeira edição da **ANUFOOD Brazil – Feira Internacional Exclusiva para o Setor de Alimentos e Bebidas**, que trouxe para o País e para São Paulo um modelo que é referência em eventos para a indústria de alimentos em todo o mundo. A ANUFOOD é inspirada na Anuga – realizada há mais de um século na Alemanha – e, assim como a sua versão original, foi organizada e promovida pela Koelnmesse.

O evento de negócios aconteceu no São Paulo Expo, entre 12 e 14 de março, e reuniu 7.395 visitantes e duzentas marcas expositoras de vinte países. Entre os compradores presentes, haviam representantes de grandes redes, como Grupo Casino, Carrefour, Walmart e Grupo St. Marché, e redes regionais de todos os estados brasileiros. O evento atendeu compradores buscando bons negócios tanto para o mercado interno, quanto para exportações.

"É impossível não definir essa primeira edição como um sucesso. As atrações estiveram cheias, entre elas o nosso congresso, em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV). Estamos felizes, também, com a Rodada Internacional de Negócios, organizada em parceria com a Promoex e com o patrocínio da MSC, com compradores internacionais. Foram mais de mil reuniões realizadas. Esse é um projeto muito importante, que será ampliado na próxima edição. Conseguimos trazer mais de quarenta compradores internacionais", diz o diretor-geral da Koelnmesse Brasil, Cassiano Facchinetti.

- **A primeira edição da feira reuniu 7.395 visitantes qualificados.**
- **Rodada Internacional de Negócios: mais de 1.000 reuniões foram realizadas, nas quais estima-se que tenham sido gerados negócios entre US$ 10 milhões e US$ 15 milhões.**
- **Além dos estandes, o evento teve atrações como o Congresso ANUFOOD Brazil, organizado em parceria com a FGV.**

Ao longo da sua programação, a ANUFOOD Brazil recebeu, também, a presença da ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, e do secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Gustavo Junqueira, que já confirmaram o seu apoio e compromisso para as próximas edições.

Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), avalia que a feira "é extraordinariamente importante para o Brasil. O nosso País é conhecido no mundo inteiro, hoje, como um grande distribuidor de alimentos. Mas, isso vai muito além das *commodities* agrícolas. É preciso agregar valor e mostrar ao mundo que o Brasil tem uma rede de alimentos sólida, competitiva, eficiente e com produtos sustentáveis. Isso é essencial. E a ANUFOOD é isso: uma vitrine da tecnologia industrial do Brasil que o mundo inteiro está conhecendo".

A ANUFOOD recebeu apoio de outras entidades relevantes para o setor. Percival Maricato, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), também comemorou o resultado da feira: "Fomos surpreendidos com o alcance da feira, a intensidade, a visitação, o comparecimento nas palestras que estamos fazendo. Fiquei maravilhado com o nosso estande, em que centenas de pessoas circularam. É um encontro que dinamiza o mercado, traz informação, traz opções para os proprietários dos estabelecimentos de alimentação fora do lar e não poderia ter sido melhor. O estande está lotado, e, nas palestras que estamos fazendo, não estão cabendo mais pessoas no auditório. Além disso, conseguimos trazer vários ônibus do interior, todos cheios com potenciais compradores, empresários do setor de bares e restaurantes".

Para Luis Madi, diretor de Assuntos Institucionais do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), que organizou o seminário Alimentos 2030, "a ANUFOOD Brazil possibilitou um espaço importante para o debate de propostas positivas e viáveis para o setor de alimentos e bebidas. A comentada presença da ministra do MAPA, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, e do secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Gustavo Junqueira, mostra o apoio dos governos nacional e estadual à iniciativa. Foi um sucesso, e já vamos começar a organizar a ANUFOOD 2020".

"A ANUFOOD Brazil foi excelente em mostrar todos os *players* da cadeia produtiva de alimentos. Proporcionou três dias de conteúdo relevante para profissionais da área e consumidores, e o espaço de estandes estava rico na diversidade de produtos, conteúdos e demonstrações práticas, além de expor uma variedade de empresas estrangeiras. Certamente, o evento gerou um ambiente bastante propício e estimulador para investimentos e a realização de negócios", afirma João Dornellas, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA).



ANUFOOD BRAZIL

DEZ SETORES EM UMA ÚNICA FEIRA

As marcas expositoras nacionais e internacionais foram divididas em dez setores – *Agrifoods*; *Meat*; *Chilled & Fresh Foods*; *Dairy*; *Drinks & Hot Beverages*; *Fine Foods*; *Bread & Bakery*; *Organics*; *Sweets & Snacks*; e *Food Service*. Além disso, havia pavilhões temáticos da Argentina, da Alemanha, dos países árabes, entre outros.

Marcelo Proença, diretor global da Marfrig, avalia que "é muito positivo que a Marfrig esteja participando da ANUFOOD Brazil. Acho que é o casamento perfeito, já que a feira é de alimentos e bebidas e a Marfrig está passando por um momento excelente. O primeiro dia foi ótimo. A ANUFOOD é uma feira que tem tudo a ver com a companhia. Os nossos clientes vieram nos prestigiar, e a expectativa é de que a ANUFOOD e a Marfrig dividam um calendário positivo também nas próximas edições".

Para uma das maiores produtoras de alimentos do País, a BRF, a presença também era garantida. "Estamos acostumados a participar de feiras internacionais, inclusive da Anuga", conta Gerson Mantovani, diretor de Food Service da companhia. "E temos certeza do protagonismo que o Brasil tem no mercado das Américas e do que essa feira pode se tornar no futuro. A ANUFOOD atingiu os seus objetivos. Sabemos que é a primeira edição e tem os seus desafios, mas estamos dentro, para construir uma feira cada vez maior, e queremos, com certeza, estar nas próximas edições. Tivemos uma feira bastante movimentada, com muitas visitas dos mercados das Américas, como Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai".

O balanço foi positivo, também, para a M. Dias Branco, de acordo com o diretor de Exportação, César Reis: "A feira é uma maneira boa de encontrar novos clientes, mostrar a nossa marca e, posteriormente, desenvolver um contato qualificado para negociação. Nós participamos da Anuga há muitos anos e já temos contato com o pessoal da Koelnmesse. É uma empresa de muito respeito e com uma ótima reputação. Então, quando trouxeram esse evento ao Brasil, já tínhamos a certeza da qualidade", conclui.

"Viemos com muita expectativa para essa primeira edição, e muita gente interessada passou pelo nosso estande, principalmente pelos nossos produtos de panificação congelados", relata o gerente comercial da Bimbo, Pablo Garcistegui. "Já estamos entrando em contato com distribuidores para atender os comércios menores que se interessaram, como restaurantes, hotéis, padarias e todo esse tipo de cliente. Vamos oferecer aos supermercados também, para comprarem em grande quantidade. O balanço da feira foi bem positivo. Nós oferecemos degustação dos nossos produtos, e o mais elogiado foi o nosso pão. O mais importante é que percebemos um ambiente de negócios muito aberto", completa.

"Somos uma companhia alemã com quatro fábricas produzindo um amplo leque de salsichas e alimentos afins. Começamos a explorar o mercado sul-americano no ano passado para entender se os produtos alemães eram interessantes para essa região", explica Markus Dietl, CEO de Vendas da Wolf, empresa presente no pavilhão da Alemanha. "Por enquanto, a ANUFOOD tem sido o lugar ideal para checar se podemos conseguir clientes. O Brasil é ideal para nós porque o brasileiro gosta de carnes, linguiças e salsichas, e isso é interessante. Nós já participamos da Anuga a cada dois anos, e essa foi a melhor forma de vir para o Brasil, por meio da Koelnmesse. É por isso que viemos, e esperamos voltar em 2020".

Mário Panhotta, gerente comercial da expositora Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), diz que "a feira é um canal interessante – apesar de ser a primeira edição – para nos apresentarmos ao mercado e termos acesso mais



ANUFOOD BRAZIL



ANUFOOD BRAZIL

rápido a potenciais compradores. O público é bem focado, vem para conhecer e buscar negócios. Entre os nossos destaques, estão os cafés *gourmet* e o café torrado e moído. Estamos mostrando a nossa história de mais de sessenta anos em cafés".

Apesar de pequeno, chamava a atenção, também, o estande da EcoNut, produtora de castanha-do-pará orgânica. "O que tem de original no nosso trabalho é o fato de que a nossa empresa domesticou essa espécie de castanha, e trabalhamos apenas com castanha plantada na nossa fazenda, no Amazonas", declara Sérgio Vergueiro, sócio da EcoNut. "Ela é conhecida no mundo inteiro e tem uma característica: é a maior fonte de selênio em toda a natureza. Seguimos o protocolo orgânico, demanda do moderno mercado de alimentos. A feira é uma iniciativa muito inteligente e oportuna. O mercado de alimentos está cada vez mais exigente, e o Brasil precisa acompanhar isso. Temos recebido gente que nunca esperávamos receber e que, talvez, nunca tivesse pensado no nosso produto", comenta.

RODADA INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS

Durante os três dias da ANUFOOD, a Rodada Internacional de Negócios promoveu encontros comerciais entre empresários do setor da indústria nacional de alimentos e bebidas e fornecedores de diversos países, entre eles Estados Unidos, Argentina, China, Catar e Emirados Árabes Unidos.

Segundo Patrício Cintra do Prado, diretor da Promoex, responsável pela organização da Rodada, das 1.500 reuniões pré-agendadas, mais de 70% foram concretizadas. "O retorno que tivemos dos participantes foi bastante positivo e superou as nossas expectativas", conta Prado. A estimativa é de que os negócios gerados fiquem entre US$ 10 milhões e US$ 15 milhões.

Paulo Leoni, importador de produtos brasileiros nos Estados Unidos, diz que percebeu um perfil de produtores diferente na ANUFOOD. "Conversamos com várias empresas – em média, cinquenta. Encontramos aproximadamente dez com potencial de produto, preço e condições para exportação", comemorou Leoni, que é CEO da MasterGate.

A primeira edição da ANUFOOD Brazil teve o patrocínio do Banco Fator e foi organizada em parceria com a FGV Projetos, unidade de assessoria técnica da Fundação Getulio Vargas (FGV), dedicando o devido espaço para toda a diversidade das atividades relacionadas ao agronegócio e à indústria alimentícia e de bebidas. ■

A 2ª ANUFOOD Brazil será realizada de 9 a 11 de março de 2020, no São Paulo Expo.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2019/2020

TAXA DE JUROS LIVRE OU CONTROLADA

DA REDAÇÃO

A INTENSIDADE do ritmo de crescimento da agropecuária, seja na década anterior, seja na presente, superou as previsões mais otimistas. A energia desse movimento foi movida pelas crescentes exportações, principalmente para a China, que passou a ser o principal parceiro comercial do País.

Com isso, as fontes dos recursos para o sistema nacional de crédito rural não conseguem mais acompanhar a demanda de capitais do agro, cuja produção gera crescentes excedentes para atender a demanda internacional. Os sinais disso vêm desde o final do século passado. Aquele modelo tradicional, de empréstimo a taxa de juros controlada, baseado nos saldos à vista dos agentes financeiros e na poupança rural, é cada vez menos suficiente para atender a necessidade de financiamento para custeio, investimento e comercialização no campo.

REESTRUTURAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS

Em diversos momentos, o Governo já se manifestou publicamente no sentido de intervir no crédito rural, com redução dos recursos nas operações com taxas de juros controladas e aumento nos empréstimos com taxas livres de mercado. A dúvida em discussão é sobre o tempo necessário para se fazer essa reforma. Um fato é certo: se a inflação persistir nos níveis esperados, a velocidade da mudança será maior.

Evidentemente, num primeiro momento, os olhos voltam-se para as políticas do principal agente financiador do agro, o Banco do Brasil. Para este ano, nas chamadas operações de pré-custeio, entre março, abril e maio – destinadas para os produtores anteciparem as aquisições de sementes, fertilizantes e defensivos, a serem empregados no plantio da safra de verão durante o segundo semestre –, houve mudança: deixa de existir o limite de financiamento de R$ 3 milhões por produtor, e a taxa mínima de juros passa a ser de 9,75% ao ano, contra 8,75% no ano passado, quando foram reservados R$ 10 bilhões.

Com o teto dos gastos públicos de 2016, combinado a uma maior demanda em linhas de financiamento como o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), o Governo remanejou verbas de linhas menos procuradas, com oferta adicional de R$ 6 bilhões a juros controlados, para produtores de pequeno e médio portes.

O Governo anunciou, também, a preparação de um pacote de medidas em três frentes:

- Criação do Fundo de Aval Fraterno (FAF), para a formação de grupos de até dez produtores com dívidas a um mesmo credor, com o reforço de uma linha de crédito de R$ 5 bilhões;
- Substituição da política de garantia de preços mínimos por contratos de opção de venda na Bolsa, sem a necessidade de interferência do Governo;
- Previsibilidade nos recursos para a subvenção do programa de seguro, para os produtores poderem acessar empréstimos mais baratos no mercado.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO
(R$ BILHÕES)

INSTITUIÇÃO	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Banco do Brasil	76,2	68,8	84,3	65,8	79,9
Cooperativa de Crédito	14,6	16,7	17,6	21,3	25,3
Bradesco	17,2	14,7	10,8	12,1	14,0
Santander Brasil	5,8	5,8	6,8	10,4	8,8
Itaú Unibanco	4,4	8,6	10,9	11,0	8,1
Caixa	4,2	7,2	5,0	5,7	5,6
Banco do Nordeste	4,5	6,3	6,2	3,7	4,4
Safra	2,8	0,9	2,0	3,2	3,0
Rabobank	2,8	2,7	3,1	3,1	2,9
Banco da Amazônia	2,5	3,5	2,4	2,0	2,6
Sicredi	1,5	1,4	1,4	1,8	2,1
John Deere	1,0	1,9	1,3	1,9	1,7
Banrisul	2,2	2,4	1,8	1,8	1,6
Banco CNH Industrial Capital	–	0,8	1,0	1,4	1,6
Bancoob	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Demais	14,6	14,0	10,8	8,1	7,6
TOTAL	**154,7**	**156,2**	**165,8**	**153,8**	**169,7**

Fonte: BCB

Em anos recentes, esse processo ficou mais evidente e ganhou força com a redução da taxa de juros Selic para 6,50% ao ano, o mais baixo patamar desde a sua criação, em 1996. No ano passado, a meta de inflação fixada pelo Banco Central (BCB) foi de 4,50%, com tolerância de variação de 1,50%, enquanto a taxa de inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechou em 3,75%. Considerando o contexto atual, a projeção é de um centro da meta de inflação fixado em 4,25% e 4,00% para, respectivamente, 2019 e 2020.

MEDIDAS ADOTADAS

Na safra 2018/19, o BCB já tinha tomado algumas medidas que resultaram na redução da oferta do crédito oficial a taxa de juros controlada. A exigibilidade de repasse de recursos dos bancos para o crédito rural caiu de 34% para 31%, enquanto as fontes oriundas da poupança rural caíram de 64% para 60%.

Na verdade, os agentes financeiros possuem mecanismos próprios para controlar o saldo médio da conta-corrente dos clientes em suas carteiras. De forma simples, eles podem transferir o dinheiro da conta-corrente para investimento, com queda no saldo disponível do cliente. Em comparação ao crédito rural emprestado a taxa de juros controlada, o banco possui outras oportunidades mais vantajosas para fazer os seus negócios.

ESGOTAMENTO DO MODELO

Em janeiro deste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu as condições para a aplicação da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), cujo grande atrativo para o investidor de renda fixa é a isenção de imposto de renda. Agora, do montante captado, bancos e produtores podem pactuar o tamanho dos empréstimos e a taxa de juros. Antes, 40% das operações deviam ter taxas de juros inferiores a 8,5%.

Há um perfeito consenso sobre os benefícios trazidos pelo crédito rural subsidiado, com taxas de juros reais negativas, abaixo da inflação, para a modernização do agro nacional. Mas, o Tesouro Nacional não possui capacidade financeira para sustentar esse modelo. Logo, a política agrícola deve enfocar outros instrumentos para minimizar riscos, como o seguro rural e o preço de comercialização dos produtos, com prioridade ao pequeno e ao médio produtores. Enfim, no ambiente de negócios com baixa taxa de inflação, uma nova cultura de administração deve ser empreendida para trabalhar o conceito de juros. ■

CHOCOLATE

A PÁSCOA E A SAZONALIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

TALITA PRISCILA PINTO
Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro)

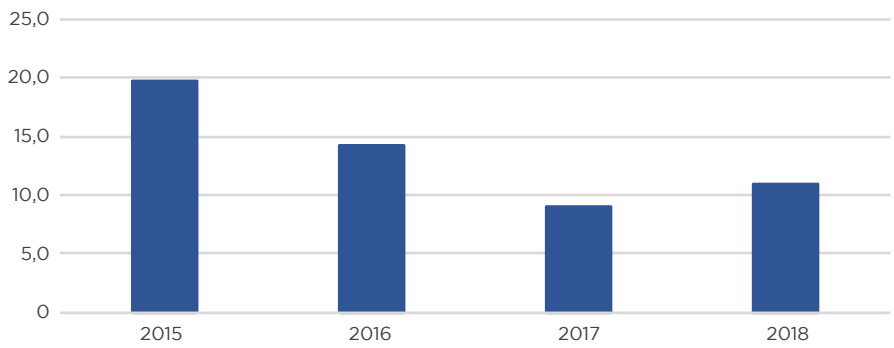
A INDÚSTRIA global de chocolate é tão grande quanto a sua legião de fãs e tem um faturamento médio anual de cerca de US$ 60 bilhões, sendo o Brasil o seu quarto maior produtor. Além disso, o País está constantemente presente na lista dos dez maiores consumidores desse produto. Parte relevante desse consumo é promovida durante a Páscoa, que, apesar de ser uma celebração do cristianismo e ocorrer em diversas regiões do Planeta, é comemorada de formas variadas. No Brasil, diferentemente de outros países, celebra-se, também, presenteando com ovos de chocolate, fomentando ainda mais essa indústria. Em 2018, foram produzidas mais de 11 mil toneladas de ovos e outros produtos de chocolate para a Páscoa, um crescimento de 26% em relação ao ano anterior, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB). Além disso, em 2019, o cenário positivo vem repetindo-se, e a expectativa é de que as vendas deste ano superem as de 2018 e promovam a geração de 18 mil novas vagas de emprego.

Portanto, não é novidade que, para a indústria de chocolate, não há data mais doce do que a Páscoa. Além da atmosfera agradável e do clima festivo, os efeitos positivos são sentidos em diversos segmentos da economia. Nessa época, há um significativo aumento na produção e na geração de empregos, ou seja, um aquecimento da economia, além de ser uma das principais datas para o varejo no primeiro semestre do ano. Todas essas variações são geradas por um evento conhecido como sazonalidade, que é justamente a alteração da demanda por determinados produtos ou serviços de acordo com o período do ano. Portanto, a Páscoa gera um evento sazonal em algumas indústrias, principalmente para a de chocolate. Essa sazonalidade observada é cultural, visto que afeta uma demanda específica e, portanto, merece atenção tanto por parte das empresas, quanto dos consumidores, que travam um cabo de guerra em busca de preços melhores.

Mesmo que anualmente a expectativa seja de que as vendas desse produto aumentem, a indústria não está imune às oscilações econômicas. Como os produtos oferecidos durante a Páscoa apresentam maior valor agregado, também ficam mais expostos às variações econômicas, ou seja, apresentam uma demanda mais elástica e, portanto, sofrem mais em tempos de crise. De fato, é o que se viu nos últimos anos. Em 2016, houve uma queda de



PRODUÇÃO DE CHOCOLATE DURANTE A PÁSCOA
(MIL TONELADAS)



Fonte: ABICAB

5,8% no volume de vendas de chocolate durante a Páscoa comparado ao ano anterior. Já em 2017, as empresas adaptaram os preços e registraram um crescimento de 2,2%. E assim também se deu o ano de 2018: o setor foi aprendendo a se reinventar a fim de manter a estabilidade mesmo em cenários adversos e emplacou uma alta de 3,2% em relação a 2017. Já em 2019, espera-se um aumento final de 2,5% no volume consumido em relação a 2018.

Alguns dados chamam a atenção para este ano. Um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em todas as capitais do País aponta que, de cada dez consumidores, sete pretendem ir às compras durante a Páscoa (72%). Desse total, 35% pretendem gastar o mesmo valor que gastaram em 2018, 32% pretendem gastar mais e 25% esperam gastar menos, não havendo informação para os 8% restantes. A justificativa de 41% da parcela da população que pretende aumentar os gastos está relacionada à intenção de consumir uma quantidade maior de produtos, outros 25% atribuem ao fato de os produtos estarem mais caros, enquanto 19% enxergam o oposto, acreditando que os produtos estão mais baratos e, portanto, pretendendo aproveitar a oportunidade. Em relação ao volume de compras, 43% dos consumidores pretendem consumir a mesma quantidade que em 2018, 41% pretendem consumir mais, 11% pretendem reduzir a quantidade consumida, e não há maiores informações para os 5% restantes.

Além disso, cerca de 113,2 milhões de pessoas devem consumir ovos ou produtos de chocolate em 2019. E, apesar de manter a tradição, o brasileiro também tem adquirido novos hábitos com a experiência vivenciada em tempos de crise. Cerca de 86% das pessoas pesquisarão preços antes de comprar nessa Páscoa; desse total, 73% irão pesquisar em supermercados, 48% na internet e 40% em lojas de *shoppings*. É interessante perceber que, mesmo em eventos sazonais, em que existe o pressuposto de que o consumidor está predisposto a ter gastos adicionais com determinados bens ou serviços, também há a necessidade de entender os novos hábitos desse consumidor que tem cada vez mais acesso à informação e tem aprendido com experiências passadas. Portanto, não só durante a Páscoa, mas em diversos eventos sazonais, é importante entender os fatores que pesam na decisão dos consumidores, como, por exemplo, melhores preços, qualidade dos produtos oferecidos, promoções e descontos, diversidade de produtos, formas de pagamentos flexíveis e diversificadas e variedade de locais para a compra.

Nesse sentido, não só os consumidores, mas também a indústria de chocolate parece ter feito a lição de casa: o número de contratações temporárias tem diminuído com o passar dos anos, e o processo de produção tem sido iniciado com mais antecedência, a fim de diminuir custos com a mão de obra e elevar a produtividade. Além disso, a diversificação de produtos e preços também tem sido cada vez mais presente, a fim de se adequar às mais diversas restrições orçamentárias do consumidor brasileiro. Entender o comportamento do consumidor, mesmo em eventos sazonais, é essencial para manter a estabilidade da indústria, principalmente para a de chocolate, que vê boa parte dos seus lucros ser gerada durante essa época do ano. ■

INSUMOS AGROPECUÁRIOS

O FUTURO DO CONVÊNIO ICMS Nº 100/97

RENATO CONCHON
Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

EM REUNIÃO ocorrida em Brasília, no dia 5 de abril, na sede do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), os 27 secretários das Secretarias Estaduais da Fazenda votaram pela prorrogação do Convênio ICMS nº 100/97 por mais um ano. Desta forma, a redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre insumos agropecuários valerá até 30 de abril de 2020.

A CNA, as federações de agricultura e pecuária que compõem o Sistema CNA, associações e parlamentares trabalharam ativamente para a sensibilização dos governadores e dos secretários, mostrando como o fim do Convênio impactaria o setor agropecuário e, sobretudo, a sociedade brasileira.

É importante fazer um resgate histórico de como esse Convênio foi um dos protagonistas para promover a atividade agropecuária brasileira, setor que representa 21% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, emprega um terço da mão de obra e é responsável pela geração de superávits na balança comercial.

RESGATE HISTÓRICO

Em 1994, o recém-criado Plano Real tinha como objetivo estabilizar a moeda brasileira por meio da valorização cambial e da política monetária com a elevação da taxa de juros. Entretanto, os recorrentes déficits na balança comercial brasileira desequilibravam as contas nacionais.

Em 1996, foi aprovada a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96), que promoveu a exportação de produtos brasileiros. No entanto, a criação dessa lei não foi suficiente para garantir a geração de superávits, visto que os custos de produção da agropecuária eram muito altos na época. Na sequência, foi aprovado o Convênio ICMS nº 100/97, que reduziu os custos com insumos, promovendo a produção e a exportação de produtos do agro.

Essa medida teve papel fundamental no desenvolvimento da atividade agropecuária em todo o País. De acordo com um estudo publicado pela CNA, sem os benefícios oferecidos pelo Convênio, os custos de produção de grãos (feijão, milho, soja



Renato Conchon

e trigo) poderiam ter elevações de 8,8% (feijão em Santa Catarina) a 11,4% (milho na Bahia). Na pecuária de leite, o aumento de custos para os produtores chegaria a 14,3% (semiconfinamento no Rio Grande do Sul).

O estudo apresenta, ainda, que a elevação de custo aos produtores rurais, quando fosse transferida para a população por meio do aumento dos preços dos produtos agropecuários, refletir-se-ia no preço da cesta básica e, consequentemente, na inflação oficial, cuja alta poderia ser de até 9,5%. Em março deste ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu, no acumulado em doze meses, a taxa de 4,58%. Com o impacto estimado, a inflação oficial atingiria 5,02%, o maior valor acumulado para os últimos 26 meses.

QUEDA NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS

O atual cenário macroeconômico que o País atravessa só não está ainda pior porque a inflação está controlada, sobretudo devido à queda nos preços dos alimentos visualizada nos últimos anos. A inflação baixa propicia a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos e torna mais favorável a tão esperada retomada econômica.

É importante lembrar, também, que a alta produção de alimentos está associada aos investimentos que os produtores rurais realizam em pacotes tecnológicos arrojados, que, por sua vez, estão diretamente ligados aos custos de produção, o que explica a importância do Convênio nº 100.

Outro importante tema que esteve na mesa de discussões para essa prorrogação foi o cenário fiscal que os estados atravessam atualmente. Até o momento, sete Unidades da Federação (UFs) estão com decretos de calamidade financeira em vigor. A situação fiscal chegou a tal ponto por conta de dois fatores: a baixa gestão fiscal dos estados; e o aprofundamento da crise econômica que assolou o Brasil nos últimos anos.

A baixa gestão refere-se ao descontrole dos gastos públicos estaduais, sobretudo pelo percentual destinado a servidores ativos e inativos. Em mais da metade dos estados, as despesas com funcionalismo estão acima de 60% se comparadas às receitas. E, em alguns deles, a tendência é de agravamento dessa relação nos próximos anos.

A maior e a mais intensa crise econômica que o País atravessou agravou a situação. Essa crise impactou diretamente a confiança dos empresários e dos consumidores, retraindo o consumo e a produção. O resultado foi que a arrecadação tributária também caiu, tornando iminente a insolvência de algumas UFs.

ATIVIDADE PRIORITÁRIA DO ESTADO

Nesse contexto, o Convênio ICMS nº 100/97, embora seja uma ferramenta imprescindível para a atividade agropecuária e tenha sido prorrogado pelo prazo de mais um ano, sofre incessantes ataques para que uma nova prorrogação não ocorra.

Cabe lembrar, ainda, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (a ADI nº 5.553) contra o Convênio. Outro fato que deve continuar na pauta nos próximos meses é a situação fiscal dos estados; afinal, por a retomada da atividade econômica estar mais lenta do que se gostaria, a necessidade de se ampliar a arrecadação estadual deve continuar constante.

São inegáveis o benefício e a necessidade do Convênio ICMS nº 100/97 para a economia. Entretanto, o setor deve estar preparado para ter discussões técnicas e políticas com os estados para uma nova prorrogação ou a reestruturação do modelo atual.

O ideal é que, nesse ínterim, ocorra uma reforma tributária que atenda as necessidades do setor e modernize a estrutura tributária brasileira, por meio de mecanismos que garantam segurança jurídica aos investidores. E, também, para a sociedade não ficar à mercê da necessidade dos estados de gerar caixa.

É imprescindível criar condições para que a agropecuária seja vista como uma atividade prioritária do Estado e cumpra o seu papel de fornecer alimentos à população brasileira, gerar divisas com as exportações – tão necessárias para a estabilidade macroeconômica – e assegurar condições aos produtores rurais para que exerçam sua atividade com segurança. ■

NANOTECNOLOGIA NA AGRICULTURA

OS FRUTOS DA CIÊNCIA INVISÍVEL

CAUÊ RIBEIRO
Pesquisador da Embrapa Instrumentação e líder da Rede de Nanotecnologia Aplicada ao Agronegócio (Rede AgroNano)

EDILSON FRAGALLE
Analista da Embrapa Instrumentação e membro da Rede AgroNano

DESENVOLVIDA EM uma escala extremamente pequena, aquém da percepção dos olhos humanos, a Nanotecnologia é um importante campo de pesquisa para o agronegócio. Desde a década de 2000, pesquisas nesse campo integram a carteira de projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), buscando soluções disruptivas para levar a incrementos reais de produtividade ou de valor agregado.

Para essas soluções, seria necessário construir uma base de conhecimento, algo que demanda tempo e recursos de investimento. O primeiro passo foi dado em 2007, com a criação de uma rede de pesquisa em Nanotecnologia, que se preocupou, principalmente, em construir uma base de conhecimento, descobrindo, no cenário nacional, as competências necessárias, quais perfis deveriam ser contratados pela Embrapa e como articular grupos e temas de pesquisa.

O ponto central, durante esse período, foi garantir a base estrutural do trabalho – pessoal qualificado e infraestrutura, como o Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio (LNNA), instalado, em maio de 2009, na Embrapa Instrumentação, em São Carlos-SP, na forma de multiusuários – para desenvolver projetos de pesquisa em diferentes temas, com atuação junto a mais de cinquenta instituições e empresas privadas.

A fase de abraçar novos desafios resultou em linhas fundamentais de trabalho, o que se refletiu nas fases posteriores. Já nessa época, consolidaram-se como temas de potencial impacto econômico para a agropecuária:

- o desenvolvimento de sensores para monitorar e certificar a qualidade de alimentos e contaminantes;
- tecnologias para a proteção de alimentos e o aumento do tempo de prateleira, como recobrimentos diretamente depositados sobre alimentos *in natura* e embalagens comestíveis;
- insumos inteligentes de liberação lenta ou controlada, abrangendo fertilizantes, defensivos e medicamentos veterinários, para o aumento da eficácia de princípios ativos e como ferramenta de aplicação;
- aproveitamento e agregação de valor de produtos de fonte renovável, como embalagens biodegradáveis, além do uso de fibras vegetais como materiais tecnológicos;
- avaliação do ciclo de vida de materiais nanoestruturados e estabelecimento de protocolos de manuseio e segurança do uso de nanoprodutos.

Esses tópicos alimentaram uma segunda fase da Rede AgroNano, na qual cada tema foi investigado mais a fundo em aplicações específicas e com foco em demandas de setores agroindustriais – com a

REDE AGRONANO EM NÚMEROS

- 23 centros de pesquisa da Embrapa envolvidos;
- 39 universidades do Brasil;
- 25 parcerias internacionais;
- 150 pesquisadores (70 da Embrapa e 80 de outras instituições);
- 54 projetos de pesquisa desenvolvidos;
- 595 trabalhos científicos publicados;
- 9 depósitos de patentes;
- 16 empresas parceiras nos segmentos de embalagens, alimentos, indústrias química e de insumos, petroquímica, TICs, abastecimento de água e novos materiais.

preocupação de atuar em problemas reais, com o principal foco de identificar os potenciais setores de aplicação, ou seja, estabelecer condições efetivas para uma possível adoção de tecnologias.

Nessa etapa, foram feitos e apresentados, pioneiramente, na busca de conexões no mercado, tópicos mais aplicados, como o desenvolvimento de um filme comestível nanoestruturado à base de frutas tropicais (manga, goiaba etc.). Foi um momento de intensa participação em feiras, fóruns de competitividade e outras iniciativas que visavam à integração dos trabalhos com agentes econômicos.

Tecnologias diversas, como a nanoformulação de antibióticos para o tratamento da mastite bovina ou o fertilizante nitrogenado nanoestruturado de liberação controlada, conviveram com processos para a produção de nanocelulose ou mesmo protocolos internacionais de avaliação da interação de nanopartículas em organismos aquáticos. O marco dessa fase foi a geração do ecossistema básico para que surgissem inovações reais.

Essas inovações começaram a surgir de forma mais visível na terceira fase, na qual parcerias com empresas privadas permitiram que tecnologias tomassem forma como patentes de inovação conjunta e como produtos disponibilizados, para os quais o lançamento de uma formulação fertilizante integrada (macro e micronutrientes) foi um marco fundamental.

Esse exemplo ilustra uma forma efetiva de fazer pesquisa em parceria via contratos de codesenvolvimento celebrados entre os participantes da Rede de pesquisa e a iniciativa privada, que envolvem o desenvolvimento de *snacks* funcionais, *tags* de identificação do amadurecimento de frutas, sistemas 3D de fabricação de materiais para saúde, entre outros projetos com empresas.

A maturidade do processo de inovação revela-se, ainda, por várias empresas *spin-offs* incubadas a partir de tecnologias geradas, que estão abrindo espaço para explorar nichos de mercado nascentes – algumas delas lideradas pelos profissionais de alto nível (mais de uma centena) formados pela Rede. E o novo ciclo iniciou-se com um portfólio de projetos em Nanotecnologia, aprovado em 2018 na Embrapa, que congrega novas iniciativas e possibilita identificar o nível de maturidade tecnológica.

Nessa atual fase, o sucesso não é mensurado somente pelo produto palpável, mas também pelo impacto integrado que deverá produzir na cadeia. Assim, estudos com técnicas usando sensores rápidos para avaliar a palatabilidade de variedades de soja para consumo, como leite de soja, por exemplo, também contribuem indiretamente para a cadeia produtiva quando permitem a valoração econômica de cultivares.

Essa consciência do "ganho global", bastante visível nessas etapas sucessivas de constituição da Rede AgroNano, torna-se, assim, diretriz para o avanço de uma agenda cada vez mais integrada com parceiros e atores econômicos, na busca por soluções disruptivas para toda a cadeia do agronegócio. ■



CACAUICULTURA

RESGATAR A SUSTENTABILIDADE DO CACAUEIRO

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CADEIA PRODUTIVA



EDUARDO BASTOS
Diretor executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC)

Quem poderia imaginar que um cultivo tão tradicional no Brasil como o cacau estaria em um nada honroso sétimo lugar no *ranking* global? Até meados do século passado, estivemos em primeiro lugar na produção e na exportação de cacau. Chegamos a exportar mais de US$ 1 bilhão em amêndoas! De lá para cá, fomos ultrapassados por Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Equador, Camarões e Nigéria. Peru e Colômbia têm implementado planos de fomento incríveis e buscam nos ultrapassar como número 2 na América Latina.

Temos um parque moageiro para 275 mil toneladas e, há trinta anos, produzimos algo em torno de 200 mil toneladas. Não conseguimos sequer atender a nossa demanda interna. Apesar de termos um dos berços genéticos do cacau e sermos um dos cinco maiores consumidores de chocolate, não conseguimos suprir a demanda local nem atender os mercados globais, que desejam cacau numa ordem de 2% de crescimento ao ano. Isso corresponde a mais ou menos 90 mil toneladas a mais a cada ano. Podemos tomar uma fatia dessa expansão. Ainda dispomos de muitas áreas degradadas conversíveis em sistemas agroflorestais de cacau, bem como uma base de conhecimento, para voltarmos a estar no pódio.

Cacau é uma planta nativa do bioma amazônico, e, por isso, plantar cacau nessa região é reflorestar. Na Mata Atlântica, notadamente nos estados da Bahia e do Espírito Santo, possuímos áreas de florestas nativas preservadas junto ao cacau, na chamada "cabruca". Realizar essa produção significa, portanto, recuperar e preservar a floresta. De quebra, os produtores ainda podem auferir altas rendas por

hectare. Uma lavoura bem manejada pode gerar uma renda bruta de R$ 10 mil/hectare/ano, com taxa de retorno acima de 20%.

Infelizmente, desde a década de 90 do século passado, a produtividade média nacional está na faixa de 300 quilos/hectare/ano. Esse baixo padrão não dá ao produtor uma renda compatível com o trabalho de tocar uma lavoura perene. Na Bahia, nos últimos dez anos, mais de 100 mil hectares com cacauicultura foram derrubados. Esse espaço deu lugar a uma pecuária, em geral, extensiva e de baixo rendimento, mas com muito menos demanda de mão de obra. O produtor, antes de tudo, é uma pessoa pragmática.

Para reverter esse quadro, buscamos a aplicação de técnicas simples para elevar a produção para 1 tonelada/hectare/ano (t/ha/ano). Isso representa cerca de três vezes a atual. Estamos ainda longe do potencial genético da planta – alguns produtores relatam produções de 7 t/ha/ano.

Precisamos suprir as deficiências existentes. Na assistência técnica, contamos com a mobilização e a parceria-chave do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para apoiar os produtores. Na área sanitária, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) acaba de publicar novidades sobre o controle químico do fungo causador da temida doença vassoura-de-bruxa. Na área de crédito, o governo federal, em parceira com vários atores da cadeia produtiva, introduz novos modelos de financiamento para atividades de longo prazo como a de cacau.

Precisamos desenvolver marcos regulatórios mais claros para os produtores e as indústrias. O estado da Bahia lançou uma nova portaria de manejo da cabruca, enquanto o estado do Pará trabalha um marco para deixar claro que, como sistema agroflorestal (SAF), o cacau é considerado como floresta no que diz respeito ao cumprimento da legislação do Código Florestal.

Felizmente, contamos com muitos atores bons e interessados em mudar a narrativa no sentido da vitória e do progresso. Hoje, os representantes do setor sentam ao redor de uma mesa para debater os temas mais estruturantes. Com os pés no chão, as pessoas dialogam seriamente sobre soluções. Essa é a proposta do CocoaAction.



Acreditamos que apenas essa solução conjunta, moldada a inúmeras mãos, de governos, indústrias, produtores e outros entes relevantes, poderá mudar a história do setor. Como vimos, temos muitos desafios, mas, para cada um deles, propomos resultados viáveis para essa cadeia de mais de R$ 24 bilhões no Brasil. Ela tem jeito; só precisamos nos juntar mais para dialogar mais e, principalmente, fazer mais.

PRIORIDADES DO COCOAACTION BRASIL



PEDRO P. DE F. RONCA
Gerente da iniciativa CocoaAction Brasil

O CocoaAction é uma iniciativa pré-competitiva e público-privada da World Cocoa Foundation (WCF) que busca unir a cadeia de cacau para tratar de temas relevantes em sustentabilidade, colaborando para que as empresas do setor privado trabalhem junto a outros elos da cadeia de valor, unindo esforços e alinhando ações.

No Brasil, o CocoaAction começou em março de 2018 e, atualmente, conta com a participação das empresas Barry Callebaut, Cargill, Dengo, Mars, Mondelēz, Nestlé e Olam, das associações AIPC e Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB), além de representantes de Ministérios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA –, Ministério do Esporte – ME –, Ministério do Meio Ambiente – MMA – e Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR), Secretarias de Agricultura (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia), serviços de extensão dos principais estados produtores, certificadoras, entre outras instituições relevantes do setor. O objetivo é fomentar a sustentabilidade da atividade, com foco no produtor de cacau.

Depois de um ano da estruturação, da criação da governança e da formulação da estratégia para o Brasil, o CocoaAction entra, agora, na fase de implementação.

As prioridades do CocoaAction Brasil, definidas coletivamente pela cadeia, são:

- Melhoria da produtividade*;
- Melhoria da qualidade do cacau;
- Melhoria da gestão da propriedade;
- Prevenção de pragas e doenças (foco na prevenção da monília)*;
- Melhoria das condições de vida e trabalho dos produtores;
- Fortalecimento da organização dos produtores*;
- Juventude, gênero e sucessão familiar;
- Controle do desmatamento e restauração;
- Preservação ambiental e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs);
- Melhoria de SAFs*;
- Organização da cadeia e busca de mais eficiência*;
- Acesso a crédito e regularização fundiária*;
- Gestão da informação da cadeia de cacau*.

*Foco em 2019

O CocoaAction Brasil veio para somar, colaborando para o avanço da cacauicultura brasileira, aproveitando as iniciativas em andamento e propondo novas ações, de forma que a atividade seja mais sustentável e rentável, principalmente para os produtores de cacau.

A iniciativa tem duração estimada de cinco anos (2018 a 2022), sendo coordenada no País pela P&A, empresa de consultoria do agronegócio, em parceria com a WCF.

Para saber mais sobre o CocoaAction Brasil, contatar, por favor:

P&A (representante da WCF no Brasil)
Tel.: (19) 3651-3233
peamarketing@peamarketing.com.br

Todas as prioridades serão trabalhadas por meio de atividades específicas, engajando membros e parceiros ao longo da cadeia durante os próximos anos da iniciativa.

A atuação está concentrada nos três pilares da sustentabilidade – econômico, social e ambiental – e, também, nos temas estruturantes e no ambiente facilitador da cadeia.

A produtividade está diretamente relacionada à renda do produtor advinda da produção, e, como o cenário atual brasileiro é de baixa produtividade em todas as regiões produtoras, esse é um dos principais pilares a ser trabalhado. A questão social engloba condições de vida e trabalho nas regiões cacaueiras e está associada ao nível de renda do produtor e da sua família. O cacau produzido por SAFs ainda tem a vantagem de colaborar com a preservação ambiental nos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

DESAFIOS E CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CABRUCA




ANDREA APPONI
Diretora executiva do Instituto Arapyaú

RICARDO GOMES
Gerente do Programa de Desenvolvimento Territorial no sul da Bahia

O sul da Bahia tem um grande significado histórico para o Brasil, além de abrigar uma das áreas mais ricas em biodiversidade do País. Há dez anos, atuamos nesse território, e essa relação com a região tem nos propiciado muitos aprendizados e impulsionado os novos movimentos.

Foi na vila de Serra Grande, no município de Uruçuca, que o Instituto nasceu, em 2008, inspirado pela possibilidade de ajudar a transformar uma região em crise em um exemplo concreto de desenvolvimento com sustentabilidade. A complexidade da atuação territorial levou à necessidade de abarcar novas áreas e novos temas.

Ao longo da última década, o nosso trabalho – inicialmente, voltado para a educação, o ordenamento territorial e a formação de lideranças – foi ampliado. Iniciativas voltadas para o fortalecimento das cadeias produtivas, o apoio à gestão pública, a participação cidadã e o empreendedorismo inclusivo, entre outros fins, foram incorporadas ao Programa de Desenvolvimento Territorial do sul da Bahia.

Também é dessa região que saem cerca de 70% do cacau produzido no Brasil. Trata-se de uma cultura que possui o diferencial de se basear em um sistema agroflorestal chamado "cabruca", no qual o cultivo é feito à sombra de árvores nativas da Mata Atlântica. Assim, além de promover a conservação do ambiente natural, esse sistema assegura maior proteção ao ataque de pragas e garante mais qualidade ao fruto.

Muitas iniciativas têm sido criadas, apoiadas e impulsionadas pelo Arapyaú no sentido de amparar esse produtor e ajudar a construir condições para a melhoria dos produtos e a conquista de novos mercados.

Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia (Sebrae/BA), no início de 2019, levamos um grupo de cacauicultores médios do sul da Bahia a São Francisco (EUA) para conhecer fabricantes de chocolates internacionais que compram cacau direto de produtores, apontados em estudo como um mercado potencial para a compra do cacau de qualidade da Bahia. O objetivo da viagem foi entender o mercado *bean to bar* norte-americano, os critérios de compra, as formas de relacionamento, a sensibilidade para os temas de sustentabilidade, entre outras coisas. A partir dessa experiência, o grupo pretende organizar-se em um consórcio para atender comercialmente aquele mercado.

Também neste ano, realizamos, em fevereiro, o 2° Workshop do Cacau da Bahia – Modelagens Econômicas da Cabruca de acordo com o perfil do produtor. Participaram do evento aproximadamente

quarenta pessoas entre técnicos, acadêmicos, empresas chocolateiras e moageiras, representantes do setor público, investidores e produtores de cacau. O *workshop* evidenciou as premissas mais sensíveis dos modelos econômicos, bem como os casos de sucesso de produtores da região. Vemos um cenário em evolução, com desafios e grandes oportunidades para os produtores locais e para a qualidade do fruto produzido.

É um processo que, a cada ano, cria mais acúmulo de conhecimento e qualifica as nossas ações no sentido de gerar mais impacto positivo. Os debates de 2019 já são desdobramentos de outros realizados em 2018, quando tivemos um importante grupo de discussão com trinta pessoas, incluindo os principais atores do cacau, em torno das políticas públicas para a cadeia cacaueira.

A valorização do cacau do sul da Bahia nos mercados nacional e internacional será impulsionada, ainda, com a criação do selo de Indicação Geográfica (IG) do cacau produzido em 83 municípios da região, autorizado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em janeiro de 2018.

A criação do selo de IG é resultado de um trabalho realizado, desde 2014, pela Associação Cacau Sul Bahia (ACSB), com apoio do Arapyaú, do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e de outras instituições. A entidade presta suporte técnico e financeiro a quatorze cooperativas e a associações representativas de 3 mil produtores de cacau. O objetivo do selo de IG é assegurar a procedência do cacau baiano e garantir a rastreabilidade da cadeia, além de valorizar as características únicas desse insumo e o compromisso dos produtores locais com o trabalho digno e justo.

Gerando conhecimento e ações conjuntas, seguimos avançando. ■

SOBRE O INSTITUTO ARAPYAÚ

Somos uma fundação privada sem fins lucrativos dedicada a fortalecer redes, organizações e projetos que atuam na linha de frente da promoção da sustentabilidade. Oferecemos apoio estratégico, financeiro e de articulação a iniciativas alinhadas aos nossos princípios e programas prioritários: cidades sustentáveis, mudanças climáticas e o desenvolvimento territorial do sul da Bahia.



AGRISHOW 2019

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



DE 29 de abril a 3 de maio de 2019, ocorrerá a 26ª edição da Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, a maior feira de tecnologia agrícola do Brasil e situada entre as três maiores do mundo. A feira reunirá as principais empresas do agronegócio e receberá visitantes de todas as partes do País, além de estrangeiros que vêm ao Brasil exclusivamente para esse evento.

Participar dessa feira que oferece as principais novidades do mundo do agronegócio, bem como assistir às palestras com especialistas de diversos segmentos do setor, é uma excelente oportunidade para todo produtor rural, que não deve desperdiçá-la, pois o agronegócio é dinâmico, está em constante transformação, e investir em tecnologia é fundamental para se manter na atividade.

Nessa edição, serão mais de oitocentas marcas nacionais e internacionais que apresentarão seus lançamentos e as tendências para facilitar o dia a dia dos profissionais do campo, contribuindo para fortalecer toda a cadeia de produção.

Nesse sentido, entre as atrações dessa edição, haverá espaços denominados "arenas" – a Arena do Conhecimento, a Arena da Inovação e a Arena do Produtor Artesanal –, entre outras novidades.

Na Arena do Conhecimento, serão realizadas demonstrações de campo, com a exposição de máquinas e produtos inovadores para o agro e uma área de plantio e tratos de horticultura com mais de 6 mil m². Ainda nessa Área, ocorrerão palestras, reuniões e encontros com *players* do setor, que mostrarão novas tecnologias e informações relevantes para o produtor rural.

Na Arena da Inovação, participarão *start-ups*, que apresentarão soluções inovadoras e importantes para o segmento, como, por exemplo, automatização agrícola, sistemas e *drones* de pulverização e de captação de dados e imagens, plataforma para instalação de painéis solares, aplicativos de gerenciamento de pessoas e gestão de propriedades rurais.

Já a Arena do Produtor Artesanal será destinada à exposição de produtores de café, cachaça, doces, embutidos, entre outros, ressalvando o valor agregado dos produtos finais.

A expectativa de público é de aproximadamente 150 mil visitantes. No que se refere ao volume negociado, é estimado um aumento de 10% com relação à edição de 2018, na qual foram realizados negócios na ordem de R$ 2,7 bilhões.

A FAESP, por meio dos seus sindicatos rurais filiados e extensões de base presentes em todo o território paulista, promoveu uma ampla divulgação e estimulou a participação de produtores e trabalhadores rurais, pois está consciente da necessidade permanente da pesquisa e do aprimoramento dos sistemas de produção.

Nesse sentido, confiamos no sucesso da 26ª edição da Agrishow. A nossa expectativa para superar o volume negociado em 2018 deve-se a diversos fatores, que vão desde o cenário econômico, passando pela projeção de incremento na safra nacional, até a alta do dólar, que favorece a venda das *commodities*.

O otimismo ressurgiu no agronegócio, e devemos apoiá-lo para que o nosso País possa crescer com prosperidade no caminho correto do desenvolvimento econômico, social e sustentável. ■

ESTUDO CEPEA

O IMPACTO ECONÔMICO DAS PRAGAS NA LAVOURA

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

UM ESTUDO conduzido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, avaliou os impactos econômicos gerados pelas principais pragas que atacam as plantações de soja, milho e algodão no Brasil, que, por sua vez, respondem por cerca de 86% da área plantada com grãos e cereais, 35% das exportações do agronegócio e 16% dos empregos na agricultura brasileira.

Com base em resultados de pesquisas agrícolas de eficácia de controle, foram consideradas perdas médias de produtividade variando de 9,5% a 40%, de acordo com o tipo de praga analisada e que não foi devidamente controlada.

É comum associar os danos causados pelas pragas aos prejuízos dos agricultores. Somente para o controle da ferrugem asiática da soja, principal doença da cultura, os produtores investem diretamente R$ 5,75 bilhões anualmente. Porém, sem o controle adequado, a doença alcançaria patamares alarmantes, chegando a reduzir 30% da produtividade, o que significaria a necessidade de mais de R$ 30 bilhões em investimentos adicionais para compensar a perda – seja com o plantio de novas áreas ou com o aumento dos preços internos, que precisariam ser ajustados em 22,9%.

Nesse cenário hipotético, com a falta de ações de controle por parte do agricultor, a receita bruta teria uma queda de 13,9% e o resultado econômico do plantio de soja no País sairia de um lucro de R$ 8,32 bilhões para um prejuízo de R$ 3,37 bilhões, com perdas de US$ 4,5 bilhões em receitas nas exportações. É importante lembrar que, em 2017, o Brasil comemorou um recorde no superávit comercial ao alcançar US$ 67 bilhões, sendo que, em 2014, o País registrou um déficit na casa de US$ 4 bilhões.

Prejuízos da mesma magnitude seriam causados pela falta de controle quanto à lagarta *Helicoverpa armigera,* praga que ataca diversas culturas, entre elas o algodão e a soja, e que tem um alto potencial para causar danos e reduzir a produtividade das lavouras em torno de 40%. Danos assim têm reflexos macroeconômicos também: 0,57% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) geral de 2017 e 1,03% no IPCA de alimentos.

Diante de todos esses números, lembramos que os alimentos são o principal componente da cesta básica do cidadão brasileiro. Isso quer dizer que aumentar o preço dos insumos alimentícios significa, na prática, penalizar os cidadãos de menor poder aquisitivo, pois boa parte da renda é comprometida com itens básicos para sobrevivência, sem margem de corte de itens supérfluos do orçamento familiar.

É por essa razão que a produção agrícola moderna, com a adoção de insumos próprios para obter melhor produtividade, traz benefícios ambientais reais com a redução na quantidade de terras aráveis e outros recursos naturais utilizados, bem como benefícios sociais para a distribuição de alimentos a preços justos. ■

DIÁRIO DE BORDO

SOJA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas

ATUALMENTE, SÃO plantados, no Brasil, cerca de 33 milhões de hectares de soja, de Roraima ao Rio Grande do Sul, do Acre à Bahia, produzindo mais de 3.000 quilos por hectare. É, sem dúvida, uma história curta de grande sucesso de uma cultura que, em 1965, ocupava 400 mil hectares e produzia 1.200 quilos por hectare e que, junto à braquiária e ao zebu, abriu todo o imenso sertão do Brasil (do Centro-Oeste, do Nordeste e, até mesmo, do Norte) e ajudou a modernizar as antigas fazendas de cana e de café do Sudeste e do Sul.

Estamos terminando a colheita de mais uma grande safra de soja, apesar do estrago feito em algumas vastas áreas do Sul e do Nordeste pelo El Niño, que derrubou a produtividade e destruiu a renda rural. Devemos colher mais de 113 milhões de toneladas do grão.



Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), cerca de 70 milhões de toneladas serão exportados e outros 43 milhões de toneladas serão processados pela indústria brasileira. Daí sairão 32,6 milhões de toneladas de farelo de soja e 8,6 milhões de toneladas de óleo.

Parte do farelo – 16 milhões de toneladas – será exportada também, e o restante irá para o consumo doméstico, transformando-se em proteína animal.

Quanto ao óleo, 0,4 milhão vai para fora e 8,2 milhões ficam aqui, com uma crescente novidade: a maior parte – 4,2 milhões de toneladas – será destinada à produção de biodiesel.

Esses números poderiam ser muito melhores se agregássemos valor aos grãos exportados, vendendo proteína animal "construída" com farelo de soja e milho ou, no mínimo, exportando mais farelo e óleo. Questões ligadas a tributos ou a regras de comércio internacional (escalada tarifária) têm limitado essa possibilidade. Mas, acima de tudo, está o interesse (legítimo até) dos países importadores de fazerem a industrialização localmente e não importarem produto já transformado.

Que países são esses? Ainda segundo a ABIOVE, 82,3% dos grãos exportados em 2018 foram para a China, um enorme e perigoso contingente gerador de grande dependência para tal país. A União Europeia vem em seguida, com 6,1%, e, logo após, aparecem a Turquia e a Tailândia, mas nenhum com mais de 2% do total exportado, uma insignificância.

Já com o farelo, as coisas são diferentes: 49,6% foram para a União Europeia, 14,4% para a Tailândia, 10,5% para a Coreia do Sul, 10,1% para a Indonésia, 6,3% para o Vietnã e outros 10,1% para uma porção de diferentes e menores mercados.

E o óleo tem 53,3% exportados para a Índia, 16,2% para a China, 13,0% para Bangladesh e o resto para diversos outros mercados menores.

Uma vez que os preços do grão de soja são determinados pelo mercado, os produtores, as indústrias e as *tradings* acabam operando com grandes volumes para fazer escala, levando-se em conta que as margens são muito baixas, não superando 2,2% do faturamento.

Dois grandes desafios apresentam-se para 2019: aumentar as exportações de farelo e óleo em vez de grão e aumentar a porcentagem do biodiesel no diesel consumido por veículos e máquinas agrícolas. Para o primeiro objetivo, é indispensável a ação do Governo, seja na área tributária, seja nas negociações comerciais internacionais. Para o segundo, a saída está no RenovaBio, plano que irá elevar a mistura de biodiesel a no máximo 15% até 2023. ■

PRODUZIR

UM NOVO OLHAR PARA A PECUÁRIA BRASILEIRA

TERESA VENDRAMINI

Produtora rural e diretora do Departamento de Pecuária da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

NO BRASIL, a superficialidade e o sensacionalismo ainda ditam o tom dos debates sobre os impactos ambientais da pecuária. Na cobertura da mídia, nas discussões do Governo e, até mesmo, dentro do próprio setor, virou rotina ver a atividade rotulada como responsável pela devastação de florestas e pela emissão de gases do efeito estufa (GEE). Sem compromisso com qualquer fundamento técnico, essas análises comprometem a construção de um País competitivo do ponto de vista produtivo e, ao mesmo tempo, sustentável do ponto de vista ambiental. Já é hora de os pecuaristas unirem-se para traçar um novo olhar sobre a atividade, transformando o senso comum e os velhos dogmas do passado em informação educativa e de qualidade para o mercado e a sociedade civil.

Temos tudo para mostrar que a pecuária brasileira tropical com manejo de pastagem intensiva é o nosso principal trunfo para cumprir as metas estabelecidas no Acordo de Paris. Essa forma de manejo integra várias técnicas que aumentam a produtividade e o aproveitamento dos pastos. O modelo diminui em até quatro vezes as emissões e aumenta o sequestro de carbono. Cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) descobriram que, graças ao manejo intensivo, a pecuária já é capaz de retirar carbono da atmosfera mesmo sem o plantio árvores.

Por outro lado, não queremos varrer fatos para debaixo do tapete: os bovinos ainda possuem papel relevante na emissão de GEE, sobretudo quando criados de maneira isolada, em pastagens mal manejadas e com baixo investimento. Felizmente, a pecuária brasileira está cada vez mais aberta a incorporar tecnologias nos sistemas de produção, um passo importante para reverter esse cenário.

A tendência foi comprovada por um estudo da consultoria Athenagro publicado em fevereiro de 2019. O levantamento mostra como a pecuária vem conseguindo aumentar a produção em áreas cada vez mais reduzidas. De 2003 a 2018, os produtores brasileiros expandiram a produção em 500 milhões de toneladas usando uma área com quase 10 milhões de hectares a menos. A produtividade aumentou 84% no período como resultado de dedicação e ousadia na implementação de técnicas mais modernas de produção no campo.

O estudo conclui que, nos últimos 27 anos, a evolução na pecuária evitou que outros 253 milhões de hectares fossem desmatados. As estatísticas são geradas por fontes oficiais e pesquisas financiadas, inclusive, por quem não admite essa conclusão.

Isso sem contar o compromisso social da pecuária brasileira na produção de alimentos. Precisaremos aumentar a nossa oferta de comida em mais de 70% até 2050 para alimentar uma população mundial estimada em 9,8 bilhões de habitantes. Só vamos fazer um Brasil referência mundial em segurança alimentar com boas práticas de gestão e uso de insumos, genética, integração e aproveitamento de resíduos, transformando alimentos pobres e não digeríveis pelo ser humano em proteína nobre de altíssima qualidade.

A realidade, portanto, é uma só: o bom pecuarista cumpre legislações – trabalhista, sanitária e florestal – altamente exigentes e está alinhado a tecnologias e boas práticas de manejo, ciente dos processos de gestão na propriedade e preocupado em aliar sustentabilidade ao processo produtivo. ■



OPINIÃO

CONTROLE BIOLÓGICO: UM AMIGO NATURAL DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

AS PREVISÕES demonstram que, até 2030, o mundo terá cerca de 1 bilhão a mais de pessoas, o que resultará num aumento significativo da demanda por alimentos. Com o aumento da demanda, por sua vez, aumentam as exigências dos consumidores e a necessidade de produzir de forma eficiente e sustentável.

Não basta aumentar a produtividade e expandir as áreas agricultáveis. É necessário encontrar o ponto de equilíbrio entre a crescente demanda de produção de alimentos saudáveis e a preservação do ambiente para o futuro. Produção eficiente e proteção eficaz devem caminhar juntas. Sem dúvida, esse é um dos maiores desafios da agricultura moderna, e o controle biológico pode ser utilizado como uma importante ferramenta, uma vez que apresenta vantagens como proteção à biodiversidade, preservação dos polinizadores, baixo custo e segurança ao ser humano.



Entende-se como controle biológico o uso de inimigos naturais e de agentes biocontroladores para diminuir a população de uma praga. No estado de São Paulo, por exemplo, aproximadamente 3 milhões de hectares de cana-de-açúcar são tratados com fungo para o controle da cigarrinha. Outro exemplo é o caso do vírus *Baculovirus anticarsia*, que foi utilizado para o controle da lagarta-da-soja.

O crescimento dos biocontroladores é de 15% a 20% ao ano, tendo como grande impulsionador o mercado de produtos orgânicos. Este tem crescido significativamente e apresenta previsão de elevados índices de crescimento.

Consequentemente, há previsão de crescimento do uso dos biocontroladores, criando novas oportunidades de projetos de pesquisa e a para a formação de biofábricas. Novas empresas, inclusive multinacionais da indústria agroquímica, começam a olhar com mais atenção para o setor. Além disso, companhias estrangeiras começam a investir na compra de empresas brasileiras. Apesar do cenário positivo, é preciso atenção e cuidado. É vital oferecer um produto seguro e de qualidade.

Sempre atento às demandas presentes e futuras da população, o governo do estado de São Paulo desenvolveu um programa dedicado à filosofia da natureza controlando a natureza, de olho na agricultura do futuro. Trata-se de um trabalho realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio do Instituto Biológico (IB), uma das instituições pioneiras em pesquisas sobre controle biológico, gerando conhecimento, desenvolvimento tecnológico e inovação e oferecendo serviços para o setor de biocontroladores. Com início em 2000, o Programa de Inovação e Transferência de Tecnologia em Controle Biológico (PROBIO), entre outros objetivos, busca oferecer assessoria anual aos produtores e aos empresários rurais, com projeto de construção ou adaptação da estrutura, treinamento de funcionários, fornecimento de cepas e análises qualiquantitativas e de estabilidade dos inseticidas microbiológicos produzidos. Já foram assessoradas 54 empresas, em treze estados.

O Brasil é um campo fértil para a comercialização de insumos para produção agrícola e necessita ter compromisso permanente dos setores público e privado com a inovação. Em São Paulo, estamos prontos para assumir o protagonismo no uso de controladores biológicos na produção sustentável de alimentos seguros e saudáveis. ■

REFLEXÃO

TOLERÂNCIA, ARTICULAÇÃO E CAUTELA

MARCELLO BRITO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O ATUAL cenário econômico do Brasil mostra boa previsibilidade, de acordo com o boletim Focus, do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, com taxa de inflação abaixo das metas de 4,25% e 4,00% para, respectivamente, 2019 e 2020 e manutenção da taxa de juros de referência Selic em 6,50%. Previsão essa que nos deixa esperançosos por uma retomada da economia. O governo do presidente Bolsonaro completa cem dias, mas continuamos na expectativa de que ele e a sua equipe carreguem uma agenda econômica consistente que coloque o País novamente na rota do crescimento.

O ponto de turbulência, no curto prazo, está justamente no nervoso processo da reforma da previdência, bem como na redução do déficit público e na abertura da economia. O primeiro item, em função da sua grande importância para equilibrar as contas públicas, sofre uma cobrança acirrada da sociedade e da mídia. Isso envolve um trabalho de articulação entre o governo e o Congresso. Cabe um pouco de tolerância, pois um processo de entrosamento não ocorre de forma acelerada. O importante é que a reforma seja aprovada neste ano.

Na geopolítica, o agro possui papel relevante, sendo o setor mais aberto às transações internacionais. Assim, alguns temas sensíveis precisam ser tratados com cautela. Podemos citar, por exemplo, a adesão do Brasil ao cumprimento do Acordo de Paris, para diminuir o impacto das mudanças climáticas. Da mesma forma, tem-se o tratamento isonômico das relações diplomáticas com as comunidades de judeus e árabes, dois importantes parceiros comerciais.

Com relação à guerra comercial entre China e Estados Unidos, exige-se um olhar atento no que tange aos desdobramentos dessa negociação. Isso, certamente, afetará o desempenho dos mercados emergentes, seja na atração de investimentos estrangeiros, seja nas exportações. O governo brasileiro deveria olhar na direção da Ásia e buscar parcerias e acordos comerciais com os países de tal continente, que serão os futuros grandes demandantes por alimentos. Atualmente, a China é o nosso maior comprador de minério de ferro, açúcar, celulose, carnes bovina e de frango, sem contar a soja, que é a nossa principal *commodity* exportada.

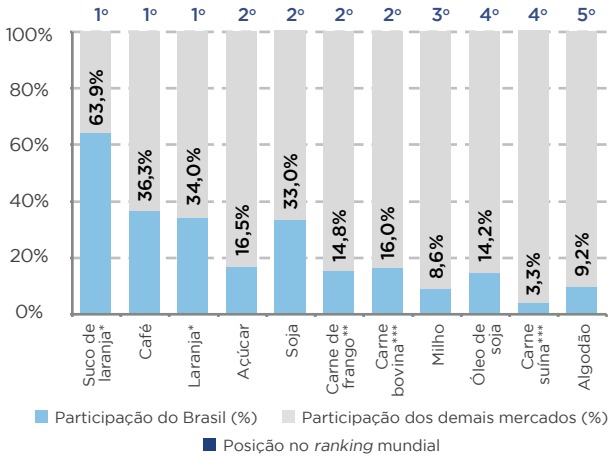
As projeções traçadas para o agro nacional por entidades de reconhecimento internacional são promissoras. A associação das práticas produtivas às ambientais significa sinergia de forças para geração de valor. Esperamos políticas públicas inovadoras para construirmos pontes seguras com parceiros estratégicos de primeira ordem. Contamos com produtos de excelência para servirem como referência no quesito da qualidade.

Temos confiança de que o Brasil possui todas as condições para continuar avançando e ficar entre os principais produtores de alimentos, fibras e energia renovável do mundo nas próximas décadas, com um papel estratégico para a segurança alimentar e a segurança energética do Planeta. Essa confiança qualifica-nos para tratar dessas questões macro e estratégicas para o setor no 18º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), que terá como tema "Agro: Momento Decisivo" e acontecerá em 5 de agosto próximo, em São Paulo. O evento é realizado pela ABAG e conta com a parceria da B3. ■



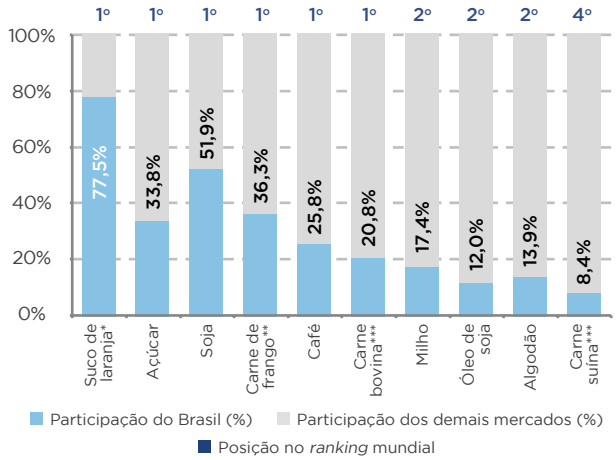
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



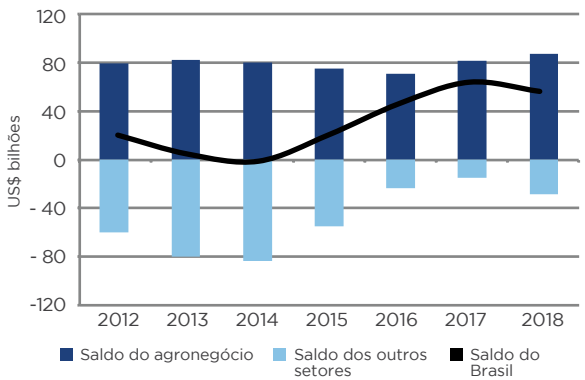
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



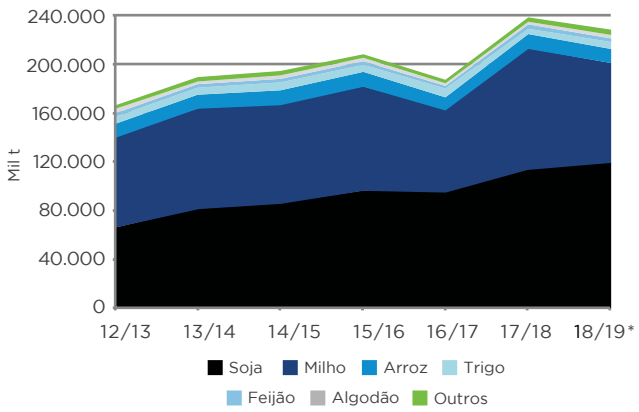
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



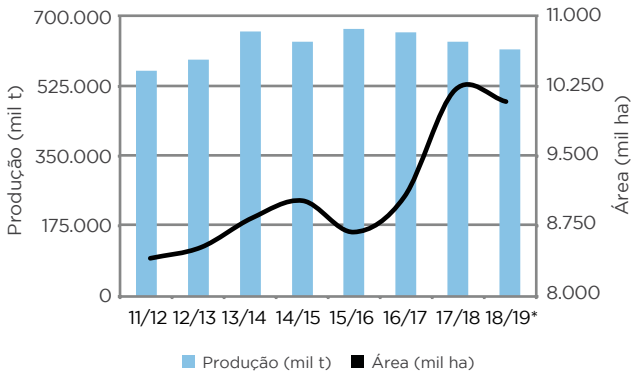
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



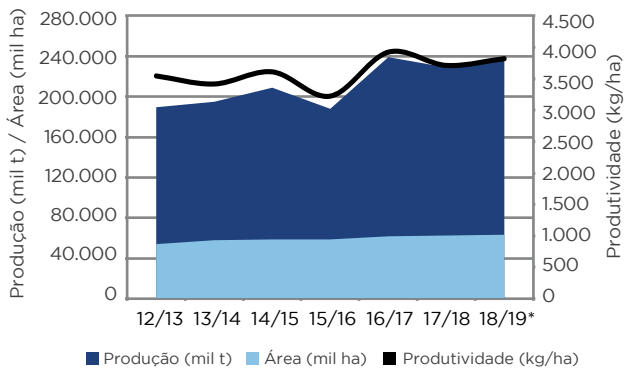
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3

AGRO: MOMENTO DECISIVO

2019

RESERVE SUA AGENDA

5 DE AGOSTO

SHERATON WTC
SÃO PAULO HOTEL



REALIZAÇÃO

abag

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro